

cmp 2.1.5.162

INFORME ESPECIAL

O caminho até Carajás vira uma realidade



O último trilho já foi assentado e, agora, tudo está pronto para a inauguração oficial da ferrovia e do próprio Projeto Carajás, no próximo dia 28. A hora, portanto, é de contar a história desta realidade que vai permitir ao Brasil extrair minério da Amazônia durante 500 anos e que, ao mesmo tempo, estabelecerá grande projeto de desenvolvimento econômico e social na área, a partir da estrada de ferro. A hora é de mostrar como se trabalha na mina, que em 86 vai produzir 15 milhões de toneladas de minério de excelente qualidade. E de descrever a aventura que foi a construção da ferrovia que ligará o coração da selva amazônica ao porto de Ponta da Madeira. A hora é de mostrar a face humana de Carajás, desenhada pelos pioneiros que correm em busca do futuro. Informe e páginas 2, 3 e 5.

tória desta realidade que vai permitir ao Brasil extrair minério da Amazônia durante 500 anos e que, ao mesmo tempo, estabelecerá grande projeto de desenvolvimento econômico e social na área, a partir da estrada de ferro. A hora é de mostrar como se trabalha na mina, que em 86 vai produzir 15 milhões de toneladas de minério de excelente qualidade. E de descrever a aventura que foi a construção da ferrovia que ligará o coração da selva amazônica ao porto de Ponta da Madeira. A hora é de mostrar a face humana de Carajás, desenhada pelos pioneiros que correm em busca do futuro. Informe e páginas 2, 3 e 5.

Na Antártida, a grande esperança

No dia 26 de fevereiro começa no Rio uma reunião dos membros do Tratado da Antártida para debater as promissoras atividades econômicas, no setor mineral, neste que já está sendo chamado de "Continente do Futuro". As estimativas apontam reservas de petróleo de 45 milhões de barris e reservas intocadas de mais de 150 minerais protegidas por uma camada eterna de gelo. (Página 12)

Agora, uma vida nova no 'Barão'

A princípio, todos imaginaram que a mudança para o prédio Barão de Mauá, inteiramente reformado depois do incêndio, resolveria todos os problemas de acomodação do pessoal da Vale. Mas nos três anos que se passaram entre o acidente e a mudança, a empresa cresceu. Cresceu tanto que, de repente, os 20 andares do "Barão" pareciam poucos. Com jeito, todo mundo foi se acomodando. E quando o primeiro pacote entrou no prédio, no último dia 18 — era a lista de telefones e ramais da Companhia e se destinava ao setor de Telecomunicações —, todo mundo sabia que a operação-mudança seria um sucesso: em dois dias já estava tudo quase pronto. (Página 9)



se acomodando. E quando o primeiro pacote entrou no prédio, no último dia 18 — era a lista de telefones e ramais da Companhia e se destinava ao setor de Telecomunicações —, todo mundo sabia que a operação-mudança seria um sucesso: em dois dias já estava tudo quase pronto. (Página 9)

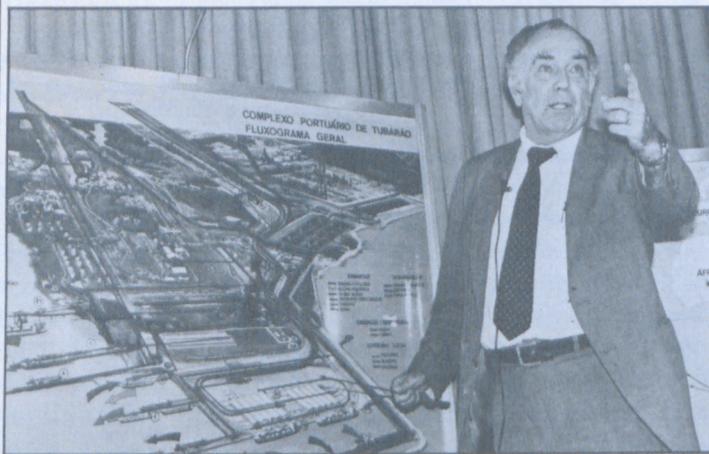
JORNAL DA VALE

Ano 10 — N.º 77

Impresso em 4/2/85

Fevereiro/85

Seminário propõe investir no Cerrado



Eliezer explica o sistema de carga-combinada durante o Seminário

Investir no Cerrado será um grande negócio para o País e para os empresários. Esta, em resumo, é a conclusão a que chegaram os participantes do seminário "Cerrado — uma oportunidade para investir", realizado no último dia 31 no Rio de Janeiro. O principal problema para a exploração agrícola da região — o transporte — foi um dos temas abordados pelo Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Eliezer Batista. E ele garantiu: a Vale tem condições de oferecer escoamento das safras do Cerrado para atender às necessidades do mercado interno e da exportação do excedente a preços competitivos. Participaram do encontro os ex-ministros Hélio Beltrão e Allyson Paulinelli, os empresários Ruy Barreto e Artur Sendas e outras autoridades. (Página 4)

Chuvas não atrapalham ritmo das vendas em janeiro

Exportações crescem 12%

A Companhia Vale do Rio Doce exportou, em janeiro, cinco milhões de toneladas de minério de ferro, 12% a mais do que foi exportado em janeiro do ano passado. Este resultado ganha significação especial pelo fato de os Estados de Minas e Espírito Santo terem sido intensamente castigados pelas chuvas, que forçaram inclusive a paralisação da ferrovia Vitória—Minas durante um dia e meio. No mesmo período, as exportações de ferro-gusa atingiram 170 mil toneladas, 7,3% a mais do que foi embarcado em janeiro de 84. Entre todos os itens da Companhia, apenas as pelotas apresentaram uma redução no volume exportado, da ordem de 39%. Explica-se: com o rigoroso inverno que castigou os Estados Uni-

dos, vários de seus principais portos foram fechados, o que obrigou aquele país a transferir para março todas as encomendas já contratadas para o mês de janeiro. Assim, a Vale embarcou 960 mil toneladas de pelotas, contra 1,5 milhão embarcadas em igual período de 84. (Página 3)

As metas para 85

Exportar 74 milhões e 810 mil toneladas em 85 e bater seu próprio recorde, estabelecido no ano passado, quando foram exportadas 70 milhões e 180 mil toneladas de minério. Esta é a meta da Vale, que prevê ainda transportar, através da Vitória—Minas, 16 milhões e 800 mil toneladas de cargas.

Produção de aço é recorde em 84

A siderurgia brasileira fechou o ano passado com uma produção recorde, ao atingir a marca de 18,4 milhões de toneladas, superando em 25% a fabricação de aço de 1983 e em 19,3% o recorde anterior, obtido em 1980, quando o Brasil produziu 15,3 milhões de toneladas. Com isso, o País passa a ser o oitavo maior produtor mundial de aço, num mercado liderado pelos Estados Unidos, Japão e Alemanha. Para 1985, espera-se uma produção de 21 milhões de toneladas, número que poderá crescer assim que as usinas em construção entram em funcionamento. (Página 7)

Minas já tem programa para área do Rio Doce

A Vale assinou um protocolo de intenções com o Governo de Minas para participar do programa de desenvolvimento sócio-econômico dos municípios do Vale do Rio Doce. Serão colocados em prática 14 projetos, que vão exigir investimentos de US\$ 540 milhões e gerar 1.500 empregos diretos — os recursos serão provenientes do Imposto Único sobre Minerais do Estado de Minas Gerais e da Reserva para o Desenvolvimento da Zona do Rio Doce, órgão da Vale. O Presidente

da CVRD, Eliezer Batista, ao assinar o protocolo de intenções, disse que a execução de importantes projetos nas mais diversas áreas de atuação da empresa é o desdobramento dos entendimentos iniciados com a classe política no ano passado e visa a dotar Minas Gerais de um programa de desenvolvimento com recursos previamente definidos. Eliezer recebeu do Governador Hélio Garcia a medalha Alferes Tiradentes. (Página 5)

Albrás em ação

A extinção do Consoal — Consórcio Albrás/Alunorte — no fim do ano passado já começa a dar os primeiros resultados positivos. A Albrás irá produzir alumínio ainda este ano, com uma previsão de 80 mil toneladas/ano. A Alunorte, no entanto, só vai operar em 1989. (Página 16)



Avaliação terá aperfeiçoamento

O sistema de Avaliação do Empregado, que já deu resultados positivos desde a sua implantação, em junho passado, sofrerá agora adaptações e mudanças. (Página 8)

A partir deste número o chargista Mem de Sá colaborará com este jornal. Suas tiras mostram a visão de um humorista sobre o funcionamento de uma grande empresa. (Página 15)



Treinamento: nova fase para gerente

Página 11

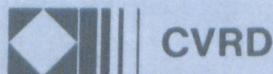
Fundação anuncia projeto mutirão

Página 9

Informe Interno

A proposta para o Acordo Salarial de 1985, negociada com os sindicatos representativos das categorias profissionais da CVRD, em sucessivas reuniões, está na íntegra em Informe Interno lançado simultaneamente a este número, porém com circulação independente, restrita aos empregados.

• O credenciamento odontológico, já em vigor, também foi objeto de Informe Interno, que circulou em janeiro com a lista dos credenciados.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Eliezer Batista da Silva

VICE-PRESIDENTES

Edson da Costa Maltos
Euclides Triches
Hélio Bento de Oliveira Mello
Luiz do Amaral de França Pereira
Oswaldo Barcellos Cordeiro de Farias
Valter Rocha de Oliveira

DIRETORIA

Eliezer Batista da Silva
(Diretor Presidente)
Luiz do Amaral de França Pereira
(Diretor Vice-Presidente)
Agilberto Pires
(Diretor Jurídico)
Deoclécio Rodrigues
(Diretor Industrial)
Francisco José Schettino
(Diretor de Produção)
José Pitella Júnior
(Diretor de Engenharia)
Mario Roberto Marques Piery
(Diretor Administrativo)
Raymundo Pereira Mascarenhas
(Diretor Comercial)

SUPERINTENDÊNCIAS

Alfredo Carlos Vieira
(Sistemas)
Clodoaldo José Fernandes Motta
(Secretário Técnico)
Delson Furtado de Almeida
(Jurídico)
Euclides Penedo Leão Borges
(Finanças/Internacional)
Fausto Lyra de Aguiar
(Não-Ferrosos)
Francisco Fernando de Assis Fonseca
(Pesquisas Minerárias)
Guilherme de Almeida Gazolla
(Pré-Operação Norte)
Harvey Mauro Espedito do Amaral
(Compras e Material)
Helder Sartori Zenóbio
(Pelotização)
João Chrisóstomo Beles
(Geral da Estrada)
João Manoel de Carvalho Neto
(Comunicação Empresarial)
Juarez Cesar da Fonseca
(Minas)
Luiz Fernando Fontes de Mello Leitão
(Comercial de Ferrosos)
Marcos Azevedo Mota e Silva
(Recursos Humanos)
Mariano Toribio Filho
(Estrada)
Murilo César Lemos dos Santos Passos
(Madeira e Celulose)
Paulo Augusto Vivacqua
(Planejamento e Orçamento)
Pedro Gerpe Arman
(Controle)
Renato Gomes Moretzshon
(Implantação do Projeto Carajás)
Roberto Faria Costa
(Secretário Geral)
Roberto Wolonwsky Kenski
(Porto)
Ulisses Rodrigues de Freitas
(Estudos e Projetos)
Wilson Nélio Brumer
(Finanças/Nacional)

CIA. VALE DO RIO DOCE

Empresa vinculada ao Ministério das Minas e Energia
Sede Av. Pres. Wilson, 231 —
Tel.: (021) 217-4774 — Rio
Belo Horizonte-MG: Rua São Paulo,
351 — Tel.: (031) 201-7011
Itabira-MG Escritório do Areão —
Tel.: (031) 831-2800
Vitória-ES: Av. Governador Bley, 236
Tel.: (027) 22-6111
Tubarão-ES: Ponta do Tubarão —
Tel.: (027) 238-5544

O terceiro milênio começa no dia 28

Quando o Presidente João Figueiredo e o Presidente eleito Tancredo Neves estiverem inaugurando, no próximo dia 28, a Estrada de Ferro Carajás, que liga a mina de Serra Norte, no Sul do Pará, ao complexo portuário de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão, o Brasil estará dando um gigantesco passo em direção ao terceiro milênio, no qual ingressará fatalmente como uma potência econômica.

A Estrada de Ferro Carajás, com seus 890 quilômetros de extensão, transcende evidentemente do objetivo para o qual foi construída pois representa, na verdade, o alargamento do País como um todo, oferecendo uma gama enorme de oportunidades econômicas, sociais, geográficas, políticas e humanas.

É que ali vai criar-se uma nova civilização. Às margens das paralelas de aço, onde há pouco vigorava o abandono inelutável, dentro em pouco, além da exploração mineral, objetiva e rendosa, vai surgir uma intensa atividade agrícola e industrial para a devida ocupação de um espaço praticamente vazio do sentimento humano e de sua criatividade.

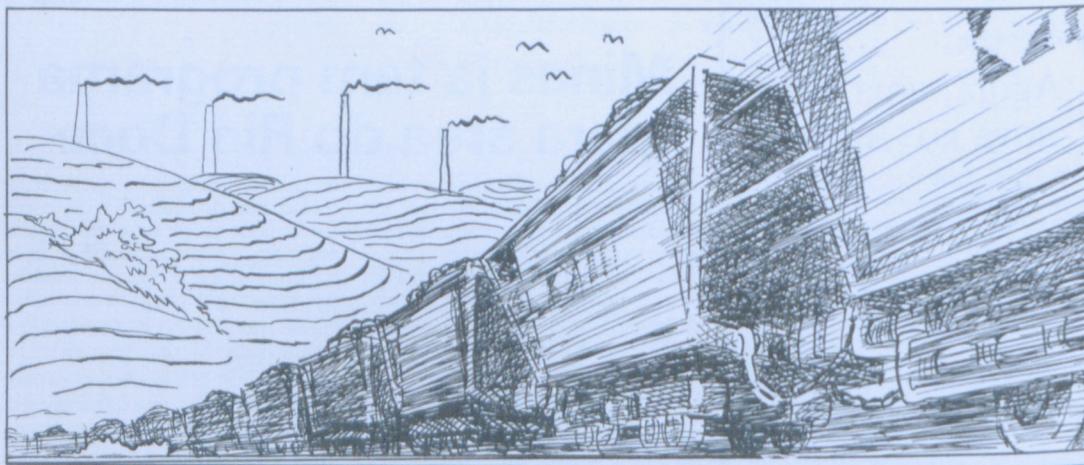
Pois não seria um disparate afirmar que as margens da Estrada de Ferro Carajás, ocupadas por uma agricultura extensiva e intensiva — amparada por técnicas que dominamos — valerão em menos de 50 anos muito mais do que os 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor a serem produzidas pelas diversas ocorrências da Serra Norte. Além disso, a atividade industrial a ser estimulada pelo simples funcionamento da mina de ferro já está obtendo resultados nas imediações de Marabá, no início

da ferrovia, assim como nas cercanias de São Luís e de Belém.

A produção a ser proporcionada por uma agricultura competente dos dois lados da Estrada de Ferro Carajás e a indústria diversificada que ali já está nascendo farão daquela faixa um verdadeiro corredor de progresso com saída pelos dois portos de São Luís do Maranhão. Em futuro não muito remoto, certamente aquela vasta região será interligada pelo sistema sul, que tem na Estrada de Ferro Vitória—Minas e no Porto de Tubarão o seu grande escoadouro.

Carajás e Minas Gerais, assim como o Espírito Santo, passam a representar a grandeza de uma empresa que ainda busca ansiosamente o veio do progresso, embora já seja enorme e capaz de gerar outras empresas de grande porte, como é verdadeiramente o caso da Companhia Vale do Rio Doce. A Rio Doce aproveitará o minério de alto teor a ser produzido em Carajás para concorrer em melhores condições no mercado internacional, ao mesmo tempo em que aproveitará o minério de Minas Gerais tanto para a exportação como para o abastecimento da crescente indústria siderúrgica nacional, que detém hoje uma das melhores tecnologias do mundo.

Por todos esses motivos, a inauguração da Estrada de Ferro Carajás representa, para a Companhia Vale do Rio Doce e para o próprio Brasil, uma aproximação real com o futuro da humanidade, que tem no ano 2000 um marco essencial, pois no terceiro milênio certamente o homem terá alcançado um equilíbrio político, social e econômico que elimine as diferenças que hoje tanto envergonham a raça humana.



JORNAL DA VALE

n.º 77 Fevereiro/85

Órgão de divulgação da
Companhia Vale do Rio Doce
Editado pela Superintendência de
Comunicação Empresarial (Sucem)

SUPERINTENDENTE:
João Manoel de Carvalho Neto

JORNAL DA VALE é publicado
pela Divisão de Imprensa
da Sucem, com circulação mensal

Rua Santa Luzia 651 — s/1709
217-4774/4775 (DDR)

EDITOR-CHEFE
Aluizio Flores

Editor-Executivo
Geraldo Lúcio de Melo

REDAÇÃO: José Roberto Fagundes, Márcia Pontes, Paulo Lima, Renato Thomas da Silva, Sebastião Rosa de Andrade, Vera Lúcia Israel e Yolanda Zylberstein • Renato Costa Filho (Vitória).

Colaboradores: Andréa Carmo Sampaio, Bertholdo de Castro Monteiro, Carla Cavalcanti, Cicero Sandroni, Denise Assis, Françoise Vernot Amaral, Glória Silvia Nunes, Helena Celestino, Karla Lopes, Lillian Newlands, Lúcia Murat, Manuela Santos

Neves, Margarida Áutran, Maria Helena Guimarães Pereira, Marília Abreu, Mario Gustavo Rólla, Octavio Tostes, Olga Curado, Regina Lacerda, Rose Esquinazi, Silvia Calmon, Solange Bastos • José Antonio Menezes (Secretaria de Redação) • Antonio Andrade, Cynthia Brito, Douglas Litch, Paulo Marcos Lima, Sá Grillo, Silvana Louzada, Zeka Araújo (fotografia) • Ezio Speranza, Fritz Granado e Rosa Luci S. Coutinho (diagramação) • Jayme Vieira Orestes e Pedro Paulo Soares Coelho (montagem e arte-final) • Derval Gomes Navarro Dias e Derlan Gomes Navarro Dias (coordenação de texto e revisão) • Leiser Meth (secretaria industrial)

Composição: Lídio Ferreira
Rua dos Inválidos, 143 • Tel.: 232-5956

Fotolito e Impressão:
Gráfica Carioca
Rua Moncorvo Filho, 44 • Tel.: 224-2329

Exportações chegam a 5 milhões/t

Resultado de janeiro supera em 12% o de 84

As chuvas que caíram ao longo do Rio Doce, castigando toda a região, não afetaram o desempenho da CVRD em janeiro: as exportações de minério de ferro pelo porto de Tubarão foram de 5 milhões/t, o que significa um aumento de 12% em relação a 84.

Embora o fluxo dos trens na Estrada de Ferro Vitória—Minas tenha sido suspenso por um dia e meio, o transporte de carga geral (aço, calcário, carvão, ferro-gusa etc.), também não foi alterado e superou o de janeiro do ano passado em 14%, num total de 1,2 milhão de toneladas.

Só as exportações de pelotas sofreram uma queda de 39% em relação a igual período do ano passado, embarcando 960 mil toneladas, contra as 1,5 mil de 84. Esta queda, no entanto, se deveu ao intenso inverno nos Estados Unidos,

onde violentas nevascas paralisaram os portos em várias partes do país. Por esse motivo, todas as encomendas norte-americanas feitas para o mês de janeiro foram transferidas para março.

A CVRD vem prestando toda a ajuda possível às populações atingidas pelas enchentes do Rio Doce através da Vitória—Minas, fazendo chegar às cidades afetadas médicos, enfermeiros, remédios e alimentos. As estações de Conselheiro Pena, Itueta, Barra do Cuieté, Nova Era e Baixo Guandu serviram de abrigo a inúmeras famílias.

• Em 1984, a Vale foi responsável por 3,16% das vendas externas do Brasil. Segunda maior empresa exportadora do país — só superada pela Petrobrás — a CVRD vendeu US\$ 1,4 bilhão em minério (aglomerado e hematite), o terceiro produto na pauta de exportações de produtos básicos.

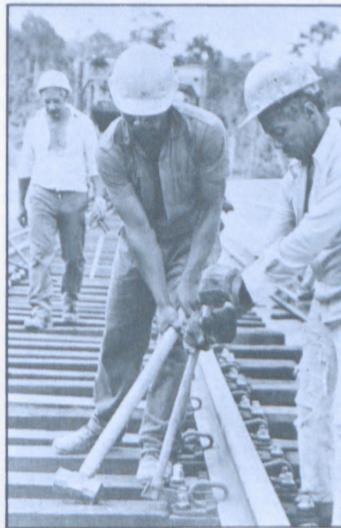
Último trilho da ferrovia marca o início de Carajás

O último trilho da Estrada de Ferro Carajás foi colocado em 2 de fevereiro. Terminou assim a construção de uma das maiores ferrovias do mundo — com 890 quilômetros — ligando Carajás ao porto de Ponta de Madeira, em São Luís, no Maranhão. A ligação entre a jazida e o porto completou-se por volta do meio-dia quando um grupo de operários comemorou o assentamento do último segmento de trilhos (396 metros).

Com o fim da obra, será inaugurado oficialmente em 28 de fevereiro o Projeto Carajás. A solenidade deverá contar com a presença do Presidente João Figueiredo, caso suas condições de saúde permitam. A inauguração, à qual estarão presentes inúmeras autoridades e personalidades, será marcada pela entrada em operação da estrada de ferro. Sua construção representou para a Vale um grande desafio tecnológico, pois atravessa áreas de mangues, arrozais e até a floresta amazônica. Racionalizando o trabalho, a companhia obteve ainda outras vitórias: reduzir o custo da obra em US\$ 700 milhões e realizá-la em um tempo recorde de dois anos.

Os últimos trilhos foram colocados num trecho denominado "pêra", devido à semelhança de seu traçado com a fruta, onde o minério será embarcado nos vagões. Semelhante ao utilizado na construção da ferrovia, o processo de colocação foi simples: os trilhos foram descarregados sobre o leito da estrada, em seguida despejaram-se os dormentes no espaçamento certo; mais tarde o *track-nivel* colocou os trilhos sobre os dormentes; e finalmente foi feita a fixação manual dos grampos.

Mesmo antes de inaugurada, a Estrada de Ferro Carajás vem se



O último segmento de trilhos foi assentado no início de fevereiro

constituindo em um eixo de adensamento econômico, como recentemente lembrou o Presidente da CVRD, Eliezer Batista. A ferrovia atualmente já transporta 300 toneladas de cereais da região de Alto Alegre para São Luís, dando aos produtores uma economia de 70% em relação ao transporte fluvial. Além disso, a Vale e outros órgãos federais e estaduais estão incentivando os pequenos e médios agricultores a formarem cooperativas.

Neste quadro, já é considerado certo que a Estrada de Ferro Carajás exercerá um importante papel no desenvolvimento econômico regional, permitindo a ligação entre uma vasta área da Amazônia com o litoral e com a rodovia Belém—Brasília. Quanto ao Projeto Carajás como um todo, antes mesmo de sua inauguração uma grande vitória já foi obtida: a economia de US\$ 1,8 bilhão.

CST exporta mais 130%

A Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) deverá exportar este ano mais que o dobro do total exportado em 1984. Segundo os estudos realizados pela CST, o volume de exportação deverá crescer 130%, pois a expectativa é de vendas externas de 2,3 milhões de toneladas, contra 1 milhão de toneladas no ano passado.

Apesar da produção também apresentar um aumento significativo — a previsão é de 2,8 milhões, o que representa um crescimento de 40% em relação ao total produzido no ano passado — o grande crescimento observado é especificamente na área de vendas externas, já que 82% da produção prevista será exportada.

Rompendo também a tradição, a CST deverá colocar no mercado norte-americano apenas 700 mil toneladas este ano. Os EUA eram até agora um dos mais representativos compradores da empresa, se a previsão inicial para 1985 dava como certa a exportação para este país de 1,2 milhão de toneladas. No entanto, o chamado "Acordo do Aço" firmado entre os Governos brasileiro e norte-americano, que limitou a importação do produto para os EUA, obrigou a CST a mudar seus planos.

A perspectiva da CST é compensar a perda nas vendas para os Estados Unidos aumentando suas exportações para outros mercados. Entre os principais importadores, destacam-se a Argentina — segundo país comprador em 84, que deverá repetir este desempenho este ano — e o Oriente Médio. Além disso, a empresa está trabalhando mais os mercados do Japão, Filipinas, Indonésia e Taiwan. Há boas perspectivas ainda em relação à China. Dando prosseguimento às negociações iniciadas quando das missões governamentais do Brasil àquele país, dirigentes chineses já estiveram por duas vezes na CST. No momento, executivos da empresa em viagem pelo Sudeste Asiático se preparam para ir a Pequim fechar o negócio.

Superávit é maior do que o previsto

O superávit de US\$ 13,068 bilhões na balança comercial brasileira de 1984 superou as expectativas mais otimistas. Recorde absoluto na história das relações externas comerciais do Brasil, este resultado significa mais do dobro do superávit obtido em 83 e está dezesseis vezes acima do de 1982, além de ser superior à soma de todos os superávits registrados no decorrer dos anos de 1950 a 1983.

Na pauta de exportações, de produtos básicos, o primeiro lugar ficou com o café, com vendas de US\$ 2,591 bilhões e o segundo com o farelo de soja, com US\$ 1,468 bilhão. Entre os produtos industrializados, apenas o suco de laranja superou as exportações de minério de ferro — o 3º entre os produtos básicos.



Para informar, todas as armas

O JORNAL DA VALE chegou em 1985 mostrando que sua intenção é agilizar o setor de imprensa da companhia para poder aproximar cada vez mais os leitores/empregados da CVRD. Em janeiro, por exemplo, além do jornal que, em suas 16 páginas, procurou contar tudo de mais importante que acontece na empresa, foi publicado também um Informe Especial sobre a história da mineração e a da Vale. Duas histórias, aliás, que se confundem, como o Informe mostrou, já que a companhia representou, na prática, a possibilidade de viabilizar economicamente a mineração no país.

Em fevereiro, a mesma preocupação de contribuir para o aprofundamento de temas relativos ao trabalho da companhia nos levou a pensar em novas publicações. Assim, além deste número de 16 páginas, os leitores recebem um Informe Especial contendo toda a história do Projeto Carajás, que será oficialmente inaugurado em 28 de fevereiro, com a entrada em operação da Estrada de Ferro que liga Carajás ao Porto de Ponta de Madeira, em São Luís, no Maranhão.

Através deste Informe, mesmo aqueles que não tiveram contato direto com o planejamento e/ou construção do Projeto poderão conhecer de perto os desafios enfrentados pela empresa e pelos homens — dos diretores aos operários — que tiveram a coragem de encontrar soluções para todas as dificuldades que se apresentaram.

Mas não foi só este o trabalho realizado neste início de 1985. Ainda em janeiro, antes mesmo que o credenciamento odontológico tivesse começado, os funcionários receberam um informe interno com todas as informações necessárias sobre o funcionamento do programa. Mais uma vez mostrando que o nosso objetivo é a informação.

Integração de ferrovias e rodovias vai permitir frete mais barato

Eliezer: Cerrado garantirá mercado interno

A exportação e o consumo

O Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Ruy Barreto, e o Presidente das Casas Sendas, Artur Sendas, debateram o abastecimento interno e as oportunidades de exportação.

Ruy Barreto afirmou que o objetivo da política econômica deve ser dobrar o coeficiente de exportação do país de 9% do Produto Interno Bruto para 18%, isto é, exportar em torno de US\$ 43 bilhões, o que significaria aumentar a participação brasileira no comércio internacional em torno de apenas 1%.

O Presidente da CACB defendeu uma política ofensiva para as exportações, que seria um esforço comum do empresariado e do Governo. "Significa, em outras palavras, a elaboração de um verdadeiro modelo exportador", disse.

Ele lembrou que a elaboração desse modelo deve levar em conta uma produção suficiente para atender ao mercado interno e externo. "Nada nos impede que esta meta seja alcançada, pois a capacidade da indústria nacional é hoje superior à capacidade de absorção do mercado interno e externo", afirmou Ruy Barreto.



Ruy Barreto



Artur Sendas

Produção de alimentos — Artur Sendas ressaltou que o Cerrado, pela sua expressiva extensão territorial, deverá mudar o perfil da produção brasileira de alimentos. "Temos de estar atentos e preparados para ter uma rede de distribuição e comercialização que atenda às necessidades geradas pela nova realidade que está se configurando", lembrou.

O Presidente das Casas Sendas afirmou que o abastecimento interno merece um projeto global e integrado de produção, armazenagem, transporte e distribuição. "Isso, infelizmente, não tivemos ainda. Vivemos de casuísmos com soluções improvisadas, apressadas, muitas vezes burocráticas e nem sempre atendendo aos interesses nacionais.

Durante os debates que se seguiram às palestras, Ruy Barreto admitiu a viabilidade de contratos a longo prazo com vistas à exportação de grãos, mas disse ser necessário, antes, desenvolver-se "toda uma política no país".

"Esse trabalho do Dr. Eliezer à frente da Vale do Rio Doce é um trabalho notável, mas será em vão se não houver uma coordenação no sentido de viabilizá-lo internacionalmente", afirmou.

A CVRD tem condições de oferecer aos produtores agrícolas o escoamento das safras do Cerrado para atender as necessidades do mercado interno, com o abastecimento dos grandes centros, principalmente nas regiões Sudeste e Sul. A afirmação foi feita pelo Presidente Eliezer Batista ao falar no seminário "Cerrado, uma oportunidade para investir", realizado no auditório do Jockey Club Brasileiro, no Rio, no último dia 31.



Rangel Reis, Paulinelli, Mauro Borges e Ruy Barreto no debate

O seminário, promovido pela Anpes — Associação Nacional de Programação Econômica e Social —, com o apoio do Banco Itaú e da CVRD, foi encerrado pelo ex-Ministro Hélio Beltrão, que destacou "a oportunidade em que é apresentado o Projeto Cerrado, na medida em que seus objetivos coincidem com duas das principais metas do futuro governo: a alimentação e a geração de divisas". Lembrando que o projeto exige pequenos investimentos, uma vez que a malha de transportes já está pronta, Hélio Beltrão afirmou que o Cerrado "vai ajudar a combater a fome e a gerar divisas para o país".

O Presidente Eliezer Batista, em sua palestra, depois de destacar a importância do projeto para o mercado interno, afirmou que o excedente da produção poderá ser exportado a preços competitivos, mesmo na hipótese de superprodução agrícola mundial. E explicou que esta competitividade resultaria da redução dos custos entre 11 e 17 dólares por tonelada transportada.

Eliezer Batista descreveu a infra-estrutura que a Vale pode oferecer ao projeto de exploração agrícola do Cerrado com a integração da ferrovia Vitória—Minas, da Companhia, às linhas da Rede Ferroviária Federal e à malha rodoviária. A integração, segundo ele, serviria não só ao escoamento da produção, no sentido Cerrado—mar, mas também à interiorização do desenvolvimento, com o transporte de fertilizantes e outros produtos para os centros agrícolas.

Para demonstrar os baixos custos do transporte com a utilização da malha integrada, Eliezer lembrou que a exportação de uma tonelada de grãos produzida a 500 quilômetros de Baía Blanca, na Argentina, custa 35,50 dólares se o produto for para a Europa, ou 43,50 dólares se ele se destinar ao Japão. A Vale, utilizando trens e navios, pode transportar a mesma tonelada a 24 dólares para a Europa e a 26 dólares para o Oriente.

No debate que se seguiu à sua palestra, Eliezer esclareceu que a Vale não pretende se envolver no processo produtivo do projeto do Cerrado, procurando apenas viabilizar a agricultura da região, não havendo conflito entre os seus interesses e os interesses das empresas privadas que se envolverem no projeto. "Os serviços da Vale são competitivos, estão no mercado e os interesses na área da carga combinada são comuns. O grão, às vezes, é majoritário na carga, em detrimento do minério, e vice-versa", afirmou Eliezer.

Após o debate, foi oferecido um almoço aos participantes — entre os quais o presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, o presidente da Federação Brasileira de Bancos, Paulo Roberto Bornhausen, o presidente da Rede Ferroviária Federal, Coronel Carlos Weber, o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, e os representantes dos governos de Minas, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Na parte da tarde falaram ainda Artur Antônio Sendas, presidente das Casas Sendas, Ruy Barreto, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Allyson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura, e o ex-Ministro Hélio Beltrão, que encerrou o seminário.



Beltrão: Projeto é oportuno

Centralizar a gerência

Os serviços de beneficiamento e comercialização dos produtos do Cerrado serão melhor gerenciados através de uma empresa central, que reúna à sua volta pequenos e médios produtores rurais. Além do gerenciamento, esta empresa cuidaria, também, da produção e comercialização de produtos nobres (sementes, mudas, reprodutores etc.) atendendo melhor os coligados.



Allyson Paulinelli

A sugestão foi feita durante a mesa redonda sobre o tema Cerrado — Uma Oportunidade para Investir — pelo ex-Ministro da Agricultura, Allyson Paulinelli.

Ele informou que um projeto integrado de produção e gerenciamento rural no Cerrado pode dar retornos acima de 15% do capital investido, hoje estimado em 1 mil dólares por hectare. Ele explicou que uma empresa, que detenha ou compre uma área de cerrado de mais de 15 mil hectares e se disponha a construir um núcleo básico de serviços de produção e gerenciamento de atividades e produtos agrícolas, permitirá, através do assentamento dirigido, a participação de pequenos e médios produtores que se integram ao projeto, comprando áreas que comportem a sua capacidade produtiva familiar e fazendo plantações.

"Com isto, estabelece-se um novo tipo de organização rural que atende desde os aspectos fundiários até aos mais sofisticados e inovadores processos de serviços de administração, processamento e comercialização da produção agrícola", afirmou.

O ex-Ministro ressaltou a necessidade de aumentar a produção de alimentos básicos, "cujo crescimento acha-se estagnado desde 1977, enquanto o país aumentou sua população em 20 milhões de consumidores".

O ex-Ministro ressaltou a necessidade de aumentar a produção de alimentos básicos, "cujo crescimento acha-se estagnado desde 1977, enquanto o país aumentou sua população em 20 milhões de consumidores".

A Comissão

Após as palestras e debates, foi anunciada a constituição da Comissão do Cerrado, que vai preparar um documento a ser levado ao Presidente eleito, Tancredo Neves. Seus membros são: Alfredo Julio Rezende, presidente da Granja Rezende; Geraldo Pereira da Silva, da RFF; Roberto Bornhausen, presidente da Febraban; Gervásio Inoue, da Cooperativa Cotia; Hugo Figueiredo, diretor da Docenave; Ruy Barreto, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil; Roberto Fendt, da Funce; Ney Bittencourt de Araújo, presidente da Agrocere, e José Drummond Gonçalves, vice-presidente da Construtora Lix da Cunha.

CVRD aumenta oferta de energia

Para suprir as instalações industriais na Serra dos Carajás, a CVRD construiu, em 1981, uma linha de transmissão, na tensão de 230 KV, a um custo de cerca de US\$ 20 milhões, ligando a subestação da Eletronorte em Marabá à Serra dos Carajás, numa extensão de 170 Km, atravessando áreas de densa floresta Amazônica.

Essa linha teve que ser construída com uma certa antecipação para suprir o canteiro de obras que se iniciava nessa época. Não havia, nessa ocasião, a menor possibilidade da Eletronorte assumir essa tarefa, devido aos encargos que enfrentava com a construção da hidroelétrica de Tucuruí, conforme foi várias vezes informado a CVRD, embora coubesse à mesma a responsabilidade integral por essa obra.

Essa linha, com capacidade para transmitir cerca de 180 megawatts de energia elétrica, será fundamental para o desenvolvimento da região que percorre, uma vez que não existe nenhum outro sistema alimentador capaz de suprir essa necessidade. Entretanto, caso isso venha acontecer, como acreditamos, será necessário que a Eletronorte assumira o ônus dessa linha, tendo em vista que a CVRD não é concessionária de energia elétrica.



A nível de 50 MTPA, o complexo da Serra dos Carajás estará com uma demanda calculada da ordem de 60 megawatts, o que mostra a disponibilidade de energia que poderá ser transmitida através dessa linha da CVRD.

Durante a construção da mesma foi necessário fazer a travessia do rio Tocantins, de uma margem à outra, numa extensão de 5.500 metros, aproximadamente a 10 Km a montante da ponte, através de 14 torres especiais (100 metros de altura).

Através desse empreendimento, foi possível à Centrais Elétricas do Pará — CELPA, por acordo com a CVRD, passar com suas novas linhas de alimentação à cidade de Nova Marabá. Anteriormente, essa cidade, situada à margem esquerda do rio, era abastecida precariamente por um gerador diesel.

Desde sua energização até esta data, a linha da CVRD vem operando na tensão de 69 KV, devendo passar a operar nas 230 KV a partir de março deste ano.

Na altura do Km 860 foi construída uma subestação abaixadora de onde parte para Serra Pelada uma linha de transmissão com cerca de 30 Km de extensão, operando em 34,5 KV. É através desta linha que essa localidade recebe sua energia elétrica.

Augusto Benchimol

Gerente Dpt.º Projetos Elétricos

CVRD no programa do Vale do Rio Doce

Apoio chega a US\$ 540 milhões

A CVRD vai participar de um programa do Governo de Minas Gerais para promover o desenvolvimento sócio-econômico dos municípios do Vale do Rio Doce, através de investimentos em projetos produtivos e geradores de empregos nas áreas industriais, de mineração, de agropecuária, comércio e serviços e infra-estrutura urbana e social.

"O protocolo de intenções assinado com o Estado de Minas Gerais, envolvendo a execução de importantes projetos nas mais diversas áreas de atuação da empresa, é o desdobramento dos entendimentos iniciados com a classe política no ano passado e visa dotar Minas Gerais de um programa de desenvolvimento com recursos previamente definidos".

A afirmação foi feita pelo Presidente Eliezer Batista da Silva no dia 7 de janeiro no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, durante a solenidade de assinatura de um protocolo de intenções entre a Companhia Vale do Rio Doce e o Governo mineiro, representado pelo seu governador Hélio Garcia. Ele disse ainda que dos 110 milhões de toneladas de minério de ferro produzidas em Minas, pelo menos 45 milhões estão sendo industrializados no País. "E a nossa intenção é ampliar esta industrialização, como forma de incentivarmos o desenvolvimento do próprio Estado", afirmou Eliezer, que na ocasião recebeu do Governador a Medalha Alferes Tiradentes, a mais importante condecoração da Polícia Militar de Minas Gerais.

O objetivo do documento firmado é promover o desenvolvimento sócio-econômico dos municípios situados no Vale do Rio Doce, onde estão as origens da empresa, através de 14 projetos que vão gerar aproximadamente 1.500 empregos diretos e exigir investimentos de cerca de US\$ 540 milhões. Os recursos serão provenientes do Imposto Único sobre Minerais, do Estado de Minas Gerais, e da Reserva para o Desenvolvimento da Zona do Rio Doce, órgão da CVRD.



O Presidente Eliezer Batista assina o protocolo de intenções

O protocolo de intenções nasceu da preocupação do Governo de Minas e da CVRD devido à deficiência da infra-estrutura sócio-econômica da maioria dos municípios localizados no Vale do Rio Doce, onde vem ocorrendo um crescente êxodo rural. Para enfrentar esta situação, o documento prevê investimentos ao longo de quatro anos em projetos prioritários, produtivos e geradores de empregos. E esses projetos são: Expansão da Cenibra — a Vale dará apoio à Celulose Nipo-Brasileira, em Belo Horizonte, tornando possível a duplicação da produção da empresa; Ferro-silício — instalação, junto à mina de ferro de Piçarrão, de unidade industrial voltada para a produção de ferro-silício, em Nova Era; Ferro-gusa — implantação de usinas produtoras, controladas pela iniciativa privada nacional em Itabira e outros municípios do Vale do Rio Doce; Titânio — concessão de prioridade por parte da CVRD para implantação de unidade industrial de concentrado de anatásio em Tapira, Araxá, com capacidade para 150 mil toneladas/ano; Pasta Quimo-termomecânica — implantação de indústria no Vale do Jequitinhonha; Beneficiamento de Bauxita — exploração e aproveitamento das jazidas de minério na região Cataguases-Caran-

gola, através de empreendimento a ser realizado por grupo empresarial privado, com apoio da CVRD; Fábrica de Papel — promover, junto com a iniciativa privada, a implantação no Estado de uma unidade industrial pioneira, voltada para a produção de papel a partir da celulose da Cenibra; Pesquisa Mineral — intensificação das atividades de pesquisa mineral da CVRD em Minas, por intermédio da sua controlada Docegeo; Assentamento Agrícola — aproveitamento dos cerrados como forma de abastecer o mercado interno e gerar excedentes para a exportação; Atendimento às Prefeituras de Pequenos Municípios — apoiar financeiramente as administrações municipais na área de influência da CVRD; Defesa Ambiental e do Patrimônio Histórico de Itabira; Programa do Corredor de Abastecimento e Exportação de Grãos — integração do Cerrado ao complexo portuário de Tubarão, no Espírito Santo, através da malha ferroviária existente em Goiás e Minas Gerais; Pegmatito — implantação de uma lavra sistemática em grande escala, em Galiléia, Conselheiro Pena, para uma produção de cerca de 200 mil t/ano de pegmatitos; e Berilo — produção de óxido de berilo para exportação.

Vôo comercial para Carajás

Para reduzir o número de escalas e os custos com transporte aéreo para a área do Projeto Ferro-Carajás, a Companhia Vale do Rio Doce vem pleiteando há dois anos junto ao Ministério da Aeronáutica uma linha de aviação comercial que cubra a rota Brasília-Carajás, num Boeing. Até o momento, a Vale utiliza apenas as empresas regionais Taba (Transportes Aéreos da Bacia Amazônica) e Votec (Vôos Técnicos de Serviços Aéreos Regionais), que operam com dois tipos de aeronaves: uma de 15 lugares — o Bandeirantes —, e outra de 44 lugares (o Hírdelle, pela Taba, e o Folker, pela Votec).

Atualmente, o pedido da Vale está em estudos no Departamento de Aviação Civil (DAC) e "tudo indica que está bem encaminhado, pois a Vale tem feito esforços neste sentido junto ao Presidente, ao Ministro da Aeronáutica e ao DAC", informou o Assistente da Gerência Geral de Administração do Projeto Carajás, Francisco Palhares Pereira. Mas o Assessor Especial do Projeto Carajás, Coronel Aníbal Moreira, que vem acompanhando de perto as tramitações a respeito, explicou que hoje a concessão é dada à aviação de terceiro nível (de serviços regionais) e que a transferência para a linha de aviação de segundo

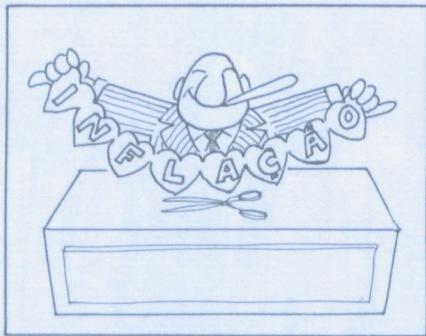
nível (aviões comerciais internos) é extremamente complexa:

"Há muitas dificuldades. Uma delas é que o aeroporto de Carajás é da Vale e, para operar na área, uma empresa de aviação de segundo nível exige que seja um aeroporto público, com equipamentos que um privado não tem. A regulamentação de um aeroporto público é completamente diferente da de um privado e, por isso, já foi pleiteada também a transferência do aeroporto de Carajás para o Ministério da Aeronáutica, o que está em vias de se concretizar. Isto facilitará muito a autorização do DAC para um jato operar na área".

ECONOMIA & FINANÇAS

Inflação como em 84?
Mas isso é ótimo...

Luiz Cesar Faro



A economia brasileira, a exemplo dos últimos anos, inicia mais um calendário gregoriano premedida pela expectativa de altos índices inflacionários. Com o expressivo superávit comercial de US\$ 13 bilhões, o acúmulo de reservas cambiais líquidas de US\$ 3 bilhões e a aparente boa vontade dos credores internacionais, a questão do endividamento externo desce para um segundo plano entre os problemas mais urgentes de 1985. A principal batalha será no front doméstico, com o novo governo procurando segurar os preços de qualquer maneira, pois já parte de um patamar de carestia superior a 200%.

● Para começar, é importante ter em vista que a expectativa de uma inflação mais alta não decorre de manobras especulativas de grupos interessados, conforme tem sido justificado. Elas podem ter lá alguma influência, mas o fato é que existe uma herança de preços reprimidos e uma explosiva expansão monetária em andamento. Nenhum grande grupo empresarial programou seu orçamento para 1985 com base em uma inflação inferior a 200%. E não são especuladores, mas grandes industriais ou outros segmentos representativos da atividade produtiva.

● Não se deve ter ilusões: os números prováveis para a inflação de 1985 são ruins. Em fevereiro, só o dissídio coletivo dos trabalhadores da construção civil no Rio de Janeiro é suficiente para pressionar de forma significativa o índice de preços e a tendência histórica é a de repetição da taxa de janeiro. Seguindo na trilha do comparativo histórico, também no mês de março se verificam tradicionais aumentos de preços, assim como grande demanda por crédito pelas empresas privadas, e o mais coerente seria aguardar uma variação igual à dos primeiros dois meses do ano. A configuração desse quadro provável leva a uma taxa de inflação de mais de 240% no acumulado de 12 meses. Em síntese, mais um recorde de inflação.

● No segundo trimestre, a tendência é arrefecimento nas pressões alistas sobre os preços. O mais provável, portanto, é que a taxa média, nesse período, fique em torno de 11% a 12%. Nessa hipótese, ao final do semestre a inflação acumulada ficaria em cerca de 98%. Se medida pela variação dos 12 meses, a inflação do primeiro semestre bateria no patamar de 265%, e lograria mais um recorde.

● O segundo semestre, devido à distância é mais nebuloso. Mas alguma futurologia sempre pode ser realizada. Então, vejamos: se a taxa média se situar na base de 11% ao mês, a variação acumulada em 12 meses irá a 250%; entretanto, se ela ficar, por exemplo, em 12,5% no segundo semestre, em dezembro o índice chegará a 300%.

É bem verdade que, nesse intervalo de 11 meses, muita coisa pode acontecer. O novo governo entra gozando de grande credibilidade e o clima geral da nação é otimista. Esse fator tem peso para se reduzir as expectativas inflacionárias. Mas o melhor que pode se esperar, realisticamente, é que o índice de preços, em dezembro, fique igual ao do ano passado. Parece incrível, mas a inflação ótima de 1985 é de 220%.

Navios transportaram 28 milhões t

Docenave tem lucro
de Cr\$ 156 bilhões

O lucro líquido da Docenave subiu de Cr\$ 21 bilhões, em 1983, para Cr\$ 156 bilhões, em 1984, um aumento de Cr\$ 135 bilhões, informou o diretor comercial da empresa, Hugo Figueiredo. Ele atribui o bom desempenho ao aumento da carga transportada e à diminuição do custo operacional.

A Docenave tem uma frota de 20 navios, que transportaram, ano passado, 28 milhões de toneladas de carga. A empresa já encomendou à Ishibrás (através da subsidiária Wilsea) dois supernavios, com capacidade de 305 mil toneladas e do tipo *ore-oil* — saem do Brasil com minério e voltam com óleo — e mais três de 150 mil toneladas à subsidiária liberiana Seamar. Estes cinco navios serão entregues até 1987 e custarão US\$ 230 milhões. Além destas aquisições já contratadas, a empresa já iniciou negociações — que deverão estar concluídas nos próximos três meses — para a compra de mais dois graneliros de 170 mil toneladas. Numa próxima etapa serão adquiridos também outros dois cargueiros



Hugo Figueiredo

do tipo *ore-oil*, com capacidade para 305 mil toneladas. Ao todo, portanto, a Docenave contará, a médio prazo, com mais nove navios.

Durante o ano passado, a frota da Docenave transportou 16.066 toneladas de minério, 8.485 de carvão, 2.019 de óleo, 1.206 de trigo, 290 de chapas de aço, 114 de soja e 48 toneladas de fertilizantes. Para este ano, segundo Hugo Figueiredo, a perspectiva é de assinatura de uma série de novos contratos.

Computando e comunicando

Para garantir um fluxo de informações rápido e contínuo entre sua frota e a sede da empresa, a Docenave está desenvolvendo, ainda em fase experimental, um sistema de comunicação através de microcomputadores. Os testes estão sendo realizados com equipamentos instalados no navio Doceorion, que estão ligados a outro micro situado na sede da empresa. Os sinais são transmitidos via satélite

e o computador é capaz de enviar e receber cerca de 1.500 palavras por minuto. Apenas parte da capacidade do micro é utilizada na comunicação, uma vez que ele executa outras tarefas, como o controle de suprimento de material, manutenção da embarcação e cálculo de carregamento. Os resultados, até agora, são considerados excelentes.

Descentralização do sistema de caixa

Um modo de pagar que deu
certo de Minas a Carajás

Um sistema operacional simples, implantado há cerca de três anos, vem reduzindo custos e agilizando as finanças da CVRD: é o sistema de caixa, que apesar de centralizado no Rio de Janeiro, tem sua execução descentralizada. Assim, tudo o que se compra ou se faz de obras e serviços nas várias áreas operacionais da empresa é pago onde se localizam — Vitória, Belo Horizonte, Itabira, Rio de Janeiro, Araxá, Marabá, Serra dos Carajás, São Luis e Belém.

Para implantar esse sistema, a Companhia contratou a pres-



Wilson Brumer

tação de serviços de alguns bancos, mantendo uma conta centralizada no Rio. Como explica Wilson Nélio Brumer, Superintendente de Finanças — Área Nacional —, os gerentes financeiros de cada localidade entregam um bordêrô bancário à agência local do banco

com que a empresa trabalha, o banco efetua os pagamentos e debita o valor pago no mesmo dia em sua agência no Rio. Isso, segundo Brumer, além de reduzir custos e poupar tempo, permite giro de dinheiro na própria localidade, com conseqüente benefício para a região.

Orçamento plurianual

Setep prevê o
futuro da Vale

"No final da década passada perguntava-se insistentemente se era possível realizar o Projeto Ferro Carajás dentro do cronograma e programação divulgados pela Companhia Vale do Rio Doce. A maior dúvida era em relação à capacidade da empresa para tocar financeiramente um empreendimento daquela dimensão. Mas, nós, na companhia, não tínhamos essa inquietação. O *cash-flow* (disponibilidade de recursos líquidos) estava todo projetado para um decênio à frente e as diversas hipóteses de trabalho asseguravam a existência de condições para realizar Carajás sem maiores problemas".

A breve história, contada pelo responsável pela elaboração das projeções plurianuais da Secretaria Técnica da Presidência da CVRD — Setep —, Helvécio Portugal, ilustra a importância deste departamento — "um verdadeiro laboratório de projeção do futuro provável" — nas decisões de investimentos da companhia. Com um trabalho permanente de atualização numérica a partir dos dados coletados em todo o sistema CVRD, além de estimativas econométricas e a conjugação de vários cenários macroeconômicos prováveis, a Setep antevê os destinos da Vale do Rio Doce.

"Qualquer atividade em que a companhia perca ou ganhe dinheiro deve estar dimensionada no orçamento plurianual, de forma a tornar efetivo o planejamento estratégico da empresa", disse.

Para a execução desse trabalho, todos os indicadores e variáveis que afetam o desempenho financeiro da companhia são levados em conta. Assim, nesse centro sensível de planejamento da Presidência são previstas as taxas de inflação interna e externa, o comportamento das taxas de juros, a paridade das moedas com que a empresa negocia ou tem encargos de pagamentos e outros sinalizadores da economia.

Todas essas estimativas são cotejadas com as projeções físicas da Vale do Rio Doce, assim como os números de produção, transporte e embarque. O resultado da decodificação desse coquetel numérico é o orçamento plurianual ou decenal, que dá transparência ao futuro da empresa.

Paralelamente, são realizadas também as projeções do serviço da dívida e das diversas operações financeiras contratadas pela Companhia. O cruzamento final indica, aproximadamente, a disponibilidade de receitas líquidas que a CVRD terá no final do período estudado e, portanto, sua capacidade para empreender novos investimentos.

Atualmente, o orçamento plurianual da Setep restringe-se ao sistema CVRD, não incluindo as empresas coligadas da companhia.

316 mil t. E a Cenibra supera as expectativas

A Cenibra — Celulose Nipo-Brasileira —, empresa da qual a Vale detém 51 por cento do controle acionário, associada à Japan Brazil Paper, estabeleceu um novo recorde de produção em 84: de sua fábrica saíram 316.558 toneladas de celulose, três por cento a mais do que fora previsto. Deste total, 240.958 toneladas foram exportadas, gerando divisas da ordem de 100 milhões de dólares. As vendas para o mercado interno totalizaram 21 milhões de dólares.

A estimativa de produção para este ano é de 330 mil toneladas. Este número será alcançado graças às modificações que estão sendo introduzidas desde novembro do ano passado no processo de produção, visando aumentar a eficiência e diminuir os custos. Assim, já está em funcionamento a unidade de aproveitamento da biomassa e foram tomadas medidas severas de contenção dos gastos com óleo combustível — que foram reduzidos de 75 mil para 9,6 toneladas, proporcionando uma economia de nove milhões de dólares — água, energia elétrica e vapor. Para alcançar este objetivo, a Cenibra investiu cerca de 40 milhões de dólares.

Para 86, a estimativa é ainda maior. Espera-se elevar a produção em mais 50 mil toneladas, que representariam mais 15 milhões de dólares em divisas e mais Cr\$ 2 bilhões em arrecadação de ICM e Cr\$ 250 milhões em ISS para as prefeituras de sua área de influência. Além disso, o projeto de aumento de produção vai gerar 400 novos empregos na área industrial e milhares de outros empregos na área florestal, já que 20 mil hectares de terra serão reflorestados.

Lucro da Florestas cresce dez vezes: Cr\$ 17 bilhões

Um lucro líquido de Cr\$ 17 bilhões, dez vezes maior que o apresentado no ano anterior. Este o resultado obtido pela Florestas Rio Doce, uma controlada da CVRD, em 84. Além disso, a Florestas elevou seu capital, em março de 84, de Cr\$ 8 bilhões para Cr\$ 109 bilhões, mediante incorporação de terras e florestas da CVRD.

Ainda no ano passado, começou a funcionar a serraria da Florestas, em Itabira, que produziu, em menos de dois meses 102 877 metros cúbicos de tábuas, pranchas, pranchões, caibros e pontaletes.

Timbopeba: 2,4 milhões t de minério de ferro em 84

Com uma produção, durante o ano passado, de 2 milhões e 400 mil toneladas de minério de ferro, a mina de Timbopeba, no município mineiro de Mariana, superou em 20 por cento a estimativa de 2 milhões de toneladas, feita quando ela entrou em funcionamento, em maio de 84. Para 85 as estimativas são mais otimistas: Timbopeba e Capanema deverão produzir, juntas, 15 milhões de toneladas.

As informações são do engenheiro Juarez César da Fonseca, superintendente das minas em Itabira, que acrescentou que o aumento da produção em Timbopeba será devido, principalmente, ao sistema de três turnos de trabalho, que entrou em vigor no dia 7 de janeiro. Nas duas minas trabalham, atualmente, 700 pessoas.

Brasil em 8.º lugar no mercado internacional do aço

Siderurgia bate recorde em 84

O setor siderúrgico nacional bateu seu recorde de produção no ano passado, atingindo 18,4 milhões de toneladas, superando em 25% aos níveis de 83, e em 19,3% ao recorde anterior, de 15,3 milhões/t, obtido em 80. Com esta marca, o Brasil subiu sete pontos na escala dos maiores produtores de aço de 1974 para cá, situando-se agora em oitavo lugar num mercado liderado por países como os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha.

Para este ano espera-se uma produção de 21 milhões de toneladas, número que poderá crescer de acordo com os projetos em andamento. Segundo Paulo D. Villares, presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, em 1985 deverá haver um consumo mundial de 700 milhões/t, sendo de 1 bilhão/t a capacidade de produção instalada. Há sobrecarga do mercado externo face à crise internacional. No Brasil, o desempenho do setor depende dos ajustamentos nos campos político, econômico e social.

Segundo Paulo Villares — que além do IBS, preside também o Instituto Latino-americano de Ferro e Aço, do qual a Vale faz parte, e o grupo Villares —, pode-se afirmar que a siderurgia está alinhada entre os fatores responsáveis pela retomada da economia brasileira, uma vez que essa retomada deveu-se, prioritariamente, ao desempenho das exportações, onde o setor mostrou participação significativa.

As exportações brasileiras, que vinham de um bom desempenho em 1983, continuaram



Paulo Villares

crescendo no ano passado e atingiram nível superior a 6 milhões de toneladas, gerando mais de US\$ 1,5 bilhão, o que significa um aumento de cerca de 28% na receita de divisas provenientes da exportação de aço.

O presidente do IBS lembra ainda que foram cobertos de êxito os esforços no sentido de superar o protecionismo e a discriminação, impostos pelas nações desenvolvidas, que não vinham avaliando de forma correta a necessidade de o Brasil exportar e gerar saldos crescentes na sua balança comercial, única forma de podermos atender aos compromissos assumidos com as entidades financeiras internacionais.

O setor siderúrgico teve na diversificação de mercados a sua principal estratégia, tendo feito fornecimentos, em maior volume, para o Japão, a China, a URSS, países árabes e africanos. Isso, segundo Villares, demonstra claramente nosso potencial de exportação, acres-

centando que a abundância de energia e de minério, numa estrutura de produção moderna e na qualidade dos recursos humanos, foram a base dos bons resultados obtidos.

A siderurgia nacional provou também que tem plenas condições de assegurar o abastecimento completo do mercado interno: as importações estabilizaram-se em cerca de 100 mil t/ano, custando apenas US\$ 90 milhões em divisas. Após três anos de queda, o consumo interno cresceu 19%.

Para Paulo Villares, a efetiva incorporação da Companhia Siderúrgica de Tubarão na produção do aço e a entrada em operação da Companhia Siderúrgica Mendes Júnior foram um marco para o setor no ano passado.

Negociações em andamento, envolvendo os Estados Unidos, a Comunidade Econômica Europeia, o Japão, Brasil e outros países, tendo o aço como tema, deverão fazer surgir uma nova ordenação do mercado internacional, segundo o presidente do IBS. Mas ele lembra que isso trará maiores restrições às exportações, um acirramento na concorrência, um esforço crescente dos países exportadores na diversificação de suas exportações, e a abertura de novos mercados, com reflexo nos níveis de preços. Acredita, contudo, que com a continuidade de uma política cambial realista, que possibilite redução de custos externos ao setor, o Brasil poderá obter resultados expressivos em termos de exportação em 85.

Para Villares, uma política realista de preços é da maior importância, por ser fundamental à continuidade da recuperação econômica do setor siderúrgico.

Pronto acordo com EUA sobre exportação

A assinatura do acordo entre o Brasil e os Estados Unidos fixando as cotas de exportações de produtos siderúrgicos brasileiros para aquele país depende apenas de acordos das empresas privadas e estatais sobre a participação de cada uma no setor dos não planos. Quanto aos planos, tudo já está acertado com a Siderbrás, faltando apenas sacramentar oficialmente o acordo.

Segundo o que ficou decidido com as autoridades econômicas norte-americanas, o Brasil exportará o equivalente a 0,8 por cento do consumo aparente doméstico dos EUA de produtos acabados, enquanto para os semi-acabados foi estabelecida uma cota fixa de

635 mil toneladas métricas. O secretário-geral do Instituto Brasilei-



Rudolph Buhler

ro de Siderurgia, Rudolph Buhler, informou que o acordo terá validade de cinco anos, com sua vigência retroagindo a outubro do ano passado.

Com o objetivo de conter suas importações ao nível de 18,5 por cento de seu consumo, os EUA firmaram acordos também com o Japão, que fica com 5,8 por cento, a Coreia do Sul, com 1,9, o México, com 0,3, a Espanha, com 0,67, a Austrália, com 0,18 e a África do Sul, com 0,42 por cento. O acordo com a Comunidade Econômica Europeia, que expira este ano e está em vigor desde 1982, estabelece um percentual de 5,9 por cento do consumo interno norte-americano.

Um milhão de títulos. Mais terra para mais gente

Presidência da República — Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários

PELOS BÓTECOS DA VALE**Mudança facilita trabalho do setor de telecomunicação**

Uma moderna parafernália de instrumentos e uma equipe de 35 pessoas garantem o bom funcionamento das comunicações da Vale. O Setor de Operações e Telecomunicações, responsável pela coordenação técnica do trabalho, recebe uma média de 6 mil telefonemas por dia, controla o trânsito de 17 mil telex e assegura contatos rápidos com qualquer das frentes de trabalho da Vale no Brasil e no exterior.

Com a mudança para o Edifício Barão de Mauá, ficou mais fácil falar com a Vale. O setor de Operações e Telecomunicações ocupou metade do primeiro andar do edifício e está trabalhando com uma moderna central telefônica, do tipo PABX, que opera 112 linhas-tronco (antes eram 80) e 1.200 ramaís, sendo 700 para ligações internas (em vez dos 180 de antes). E o número geral mudou: 272-4477.



Paulo Mattos mostra os terminais

No setor de telex, as mudanças não foram grandes, só ficou mais confortável o trabalho dos oito operadores que fazem funcionar as 14 teleimprensoras eletrônicas durante 12 horas por dia — a Vale tem seis terminais da rede Embratel, dos quais cinco ficam por conta do setor de telecomunicações e um é exclusivo da Superintendência Comercial.

Três são os canais de telex privativos da CVRD. Eles estão interligados por uma central localizada em Porto Velho, no Espírito Santo. Dois outros canais servem para comunicações internacionais (via Embratel) ligados diretamente do Rio a Nova York e do Rio a Bruxelas.

O Gerente de Operações e Telecomunicações, Paulo Mattos, acha que a mudança para a nova sede deu "uma injeção revitalizadora" às comunicações na Vale. "O setor, como estava, cumpriu bem o seu papel. Mas com o previsível aumento do volume de trabalho, a ampliação era uma necessidade", disse.

Os 35 funcionários do setor, divididos em três grupos, começam a trabalhar todos os dias às 7 h da manhã. Sete deles, são designados para executar as tarefas burocráticas, tão importantes quanto as técnicas, uma vez que controlam as contas, os pagamentos, cuidam dos reparos e da atualização do arquivo — material frequentemente usado pelos operadores.

Paulo Mattos ressalta o dinamismo, a disciplina e a criatividade do pessoal que trabalha no Setor de Operações e Telecomunicações. Segundo ele, estas são as molas mestras que impulsionam o bom desempenho das comunicações.



A sala de telex, já no Barão de Mauá

Sistema de Avaliação do Empregado**Avaliadores também terão treinamento**

O Sistema de Avaliação do Empregado (SAE), colocado em prática em junho do ano passado, e que já deu resultados bastante positivos, sofrerá algumas mudanças e adaptações. Entre elas, destacam-se o treinamento dos próprios avaliadores, para uma melhor uniformização dos conceitos a serem aplicados, e a alteração dos formulários, tornando-os mais completos.

Para Miguel Jourdan, Gerente do Departamento de Recursos Humanos, e José Fernando Cabral Ribeiro, Gerente da Divisão de Carreiras e Sucessões, o sistema foi bem recebido pela maioria e vai facilitar muito o relacionamento entre chefes e empregados da CVRD. Os dois acompanharam de perto o trabalho do SAE entre junho e dezembro do ano passado e, embora tenham considerado os resultados bastante positivos, encontraram algumas distorções e falhas em suas áreas de atuação — Minas Gerais, Espírito Santo e Carajás.

Estes pontos foram discutidos num seminário realizado entre

12 e 14 de dezembro, em grupos e em plenário, chegando-se a um consenso sobre as alterações a serem feitas e estabelecendo-se um cronograma para sua aplicação. As mudanças principais são o treinamento dos três mil avaliadores que trabalham no projeto e a alteração dos formulários utilizados.

Com o esquema de treinamento pronto, o modelo do novo formulário definido e a elaboração do manual para avaliadores e cartilhas para os avaliados, José Fernando diz que será possível implementar em abril o treinamento dos monitores — pessoas que atualmente operacionalizam o sistema nos órgãos de Recursos Humanos da Vale e empregados que se destacam pelo interesse no assunto, a serem indicados pelas Superintendências.

Em maio e junho esses monitores treinarão os avaliadores e, finalmente em julho, quando o sistema completa um ano, todas as mudanças estarão em prática.

"Ainda estamos estudando como será esse treinamento", explica José Fernando. "É uma questão complexa, pois temos de definir seu conteúdo e quem vai executá-lo."



Miguel Jourdan e José Fernando Ribeiro: modificações necessárias

Vale inicia credenciamento odontológico**Tratamento dentário já está muito mais barato**

A Vale começou o credenciamento odontológico. A partir de agora, todos os empregados da CVRD, mesmo os funcionários das empresas controladas e coligadas, terão direito a tratamento dentário, pagando só 50% das despesas, que serão descontadas em folha.

A carteira funcional da Vale e o canhoto do contracheque, com a relação dos dependentes, são os documentos que habilitarão o empregado a receber atendimento odontológico no regime de credenciamento. Os aposentados e seus dependentes também poderão usar os serviços dos dentistas credenciados pela CVRD, mas terão de pagar diretamente o valor total das despesas, fixado pela ta-

bela da Companhia, não cabendo à Vale qualquer participação no pagamento do tratamento.

O empregado da Vale pode registrar como dependentes a esposa, o marido inválido ou sem economia própria, filhos (mesmo enteados e adotivos), desde que solteiro e menor de 24 anos. Também podem ser beneficiados pelo regime de credenciamento odontológico a companheira do funcionário — mulher que viva maritalmente há mais de um ano com beneficiário solteiro, viúvo, separado judicialmente ou divorciado —, a mãe e o pai se não tiverem economia própria e viverem às expensas do empregado.

AERD prepara nova eleição

A Associação Esportiva Rio Doce (Aerd) realizará eleições em março para escolher a nova diretoria. De acordo com os estatutos, a indicação do Presidente e Vice-Presidente da Aerd para 85 a 87 será feita pela assembleia-geral dos associados.

Segundo o diretor de Relações Públicas da associação, Antônio Vieira Moreira, em 1985 será construída a sede campestre da Aerd. Ele contou que já vem mantendo entendimentos com o Presidente da Vale, Eliezer Batista, que reconheceu a necessidade de criar uma área de lazer para os funcionários.

Vale financia a 'virada' da Cauê

A Cooperativa dos Produtores Cauê conseguiu em três anos sair do vermelho e virar uma indústria produtora de 17 mil litros diários de leite, com um capital de Cr\$ 300 milhões e um lucro líquido de Cr\$ 50 milhões. O responsável pela virada da pequena empresa foi Sílvio Borges, hoje Presidente da Cauê e durante 28 anos funcionário da Vale.

Sílvio Borges assumiu a Cauê numa época conturbada e teve a função de "juiz de paz". Pacificada a cooperativa, pediu à Vale um financiamento para construir a usina de leite e hoje tem quase 200 produtores associados. "A ajuda da Vale é fundamental, sem ela não seríamos o que somos", conta.

ES homenageia Leão Alvarenga

A Assembléia Legislativa do Espírito Santo aprovou requerimento do deputado Jorge Deves propondo "um voto de respeito com o povo do Estado e, especialmente, com o Conselho Regional de Técnicos de Administração, pelo brilhante trabalho do Dr. Anderson Leão Alvarenga, como presidente, à frente do CRTA".

Anderson Leão Alvarenga que, além de presidir o CRTA, é funcionário da Superintendência do Porto, recebeu também votos de congratulações por seu trabalho junto ao Conselho das Câmaras Municipais da Serra, de Cariacica, Viana e Vila Velha.

A meta da cooperativa é produzir 20 mil litros de leite por dia e parar de crescer, pois o mercado de Itabira não pode consumir mais do que isto. Com a finalidade de tornar a cooperativa uma verdadeira associação — em que todos cooperem e lucrem — a Cauê tem veterinários para controlar o gado dos associados, e fornece, a preço de custo, arame, defensivos e rações.

Atualmente, Sílvio Borges está pedindo que a Vale doe um terreno, ao lado da usina, para construir um armazém e vender alimentos aos cooperados.

*Fundação organiza mutirões***Projeto é construção de 50 casas em um dia**

A Fundação Vale do Rio Doce tem Cr\$ 130 bilhões para construir 1.550 imóveis e para financiar a compra de casas e apartamentos escolhidos pelos funcionários da CVRD em 1985. O projeto mais ambicioso previsto para este ano é a construção de 500 casas em regime de mutirão, ao longo da Estrada de Ferro Vitória — Minas.

A idéia é marcar um dia e fazer 50 casas de uma só vez. As primeiras serão levantadas em março na cidade de Conselheiro Pena. Foi contratado o arquiteto responsável pelo projeto de construção de mil casas em um dia, realizado em Goiás, e ele está adaptando o programa às condições de renda dos funcionários da Vale e da geografia da região.

A Fundação dará especial atenção aos funcionários de baixa renda este ano. Além do programa de mutirão, serão entregues 200 casas semi-acabadas em Minas, Espírito Santo e Pará: como o imóvel não tem reboco, pintura e acabamentos, sai mais barato e o proprietário pode ir terminando sua casa aos poucos.

"Damos preferência aos funcionários de nível mais baixo, mas não discriminamos os mais ricos", explica o presidente da Fundação, Nilo Lavigne. Para os que têm salários mais altos está prevista a entrega em 85 de 12 apartamentos em Niterói, seis na Gávea, 30 em São Luis do Maranhão. Também ficarão prontas 50 casas de dois quartos em Vitória, 90 em Itabira, 60 em São Luis.

Os apartamentos e casas construídos pela Fundação Vale do Rio Doce saem cerca de 30% mais baratos do que os imóveis vendidos no mercado. Agente do Sistema Financeiro de Habitação, nos financiamentos que concede, a Fundação cobra, em média, 40% a menos de taxas e juros e o comprador da casa própria tem direitos iguais aos dos mutuários do BNH.

Nilo Lavigne explica que os preços dos imóveis construídos pela Fundação são menores porque trabalha com pequenas empreiteiras. É a própria fundação que compra o material de construção, e as empreiteiras são contratadas para fazer só uma parte da obra — são pequenas empresas especializadas em fundações, estruturas etc. Quando o imóvel está em fase final, os candidatos à compra do apartamento se reúnem em uma comissão para definir os acabamentos (azulejos, pintura etc.).

Para escolher a localização dos imóveis a serem construídos, a Fundação se baseia em uma pesquisa habitacional, realizada em 1982, que levantou as preferências dos funcionários da Vale — bairros, número de quartos, faixa de preços. Depois de feito o projeto da obra, são abertas inscrições para todos os funcionários. A seleção dos candidatos é feita com base no tempo de casa que o empregado tem (vale 1 ponto), número de dependentes (3 pontos) e gastos com aluguel (dez pontos). Quem tiver mais pontos, tem preferência para comprar o imóvel.

*Em dois dias, mudança estava quase terminada***Vale volta ao Barão de Mauá**

Prevista para durar 10 dias, a mudança da Vale para o Edifício Barão de Mauá estava quase terminada em dois dias. O primeiro pacote a entrar na nova sede era a lista de telefones e ramais da Companhia e deveria ser depositado à mesa de Paulo Matos, no setor de Telecomunicações.

A Telecomunicações foi o primeiro setor da Vale a ser transferido para a nova sede. Desde as 19 horas de sexta-feira, dia 18 de janeiro, quando começaram a ser esvaziadas as salas da CVRD no prédio da Academia, até as 2 horas da madrugada de domingo — quando todos os objetos já estavam no Barão de Mauá — os dez caminhões usados pela Metropolitana (encarregada da mudança) fizeram 130 viagens de um prédio ao outro, com 50 homens trabalhando ininterruptamente.

O coordenador da Comissão de Mudanças, Bernard Behague, esteve de plantão no fim de semana e constatou que tudo foi feito sem problemas. Na segunda-feira, a maioria dos funcionários da Vale já estava trabalhando na nova sede.

Reforma — Depois do incêndio a 11 de dezembro de 1981, o Barão de Mauá foi praticamente refeito, uma obra de 14 meses. A empreiteira responsável pela reconstrução do prédio foi a João Fortes Engenharia. Segundo Frederico Moncorvo, engenheiro responsável pela obra e funcionário da Fundação Vale do Rio Doce, a segurança contra incêndio é das mais rigorosas.



Últimos retoques no hall de entrada do edifício Barão de Mauá



A telefonia começa a mudança



Francisco leva o primeiro pacote

Ele explicou que todo o material usado na reconstrução do prédio é à prova de fogo. Por exemplo: o forro do teto é revestido de lã de vidro, as portas das escadas resistem ao fogo por

quatro horas. Um painel central, controlado pela "Brigada contra incêndio", formada por funcionários da Vale, controla todo o prédio.

Depois que comprou todo o prédio, a Vale fez algumas alterações no projeto original, principalmente no andar térreo, onde ficarão a biblioteca, o auditório e parte da Sufin, e que só será entregue em meados deste mês.

O lugar de cada um — 20.º, Segep e assessores da Presidência; 19.º, Presidência, VPFP, DEJP; 18.º, Diretoria; 17.º, Vice-presidentes; 16.º, Sucem, Setep, ASI; 15.º, Supes, Sucem; 14.º, Sunor, Supan; 13.º, Sujur; 12.º, Sunaf, Sufer; 11.º, Sufer; 10.º, Susis; 9.º e 8.º, Suman; 7.º, Suman, Sumat; 6.º e 5.º, Sumat; 4.º e 3.º, Sucon; 2.º, Sufin, Sufex; 1.º, Sufin, Telecomunicações; Térreo, Sufin, Biblioteca, Auditório.



Tudo pronto, o primeiro móvel chega ao 18.º andar do novo prédio

**DEIXE A LUZ DE SEUS OLHOS
PARA QUEM SÓ CONHECE A NOITE**



CAMPANHA NACIONAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA
BANCO DE OLHOS
INSTITUTO DE PATOLOGIA DA CÔRNEA

Se você quiser doar a sua córnea procure o Departamento de Comunicação Interna (DETIL) ou fale com a Yolanda no ramal 4610. Esta é uma Campanha da Cruz Vermelha Brasileira, com o apoio do Rotary Clube de São Cristóvão.

*O mundo escuta os moços***No ano da juventude, a marca da apreensão**

Escassez, desemprego, subemprego, ansiedade, atitudes defensivas, sobrevivência: estas, as palavras mais usadas pelos jovens do mundo, de acordo com um estudo preparatório realizado pela Organização das Nações Unidas para comemorar, em 1985, o Ano Internacional da Juventude (AIJ).

Segundo Javier Pérez de Cuéllar, Secretário Geral da ONU, "nenhuma instituição ou governo deve desprezar a importância da mensagem dos jovens pois eles aspiram a um mundo de paz e oportunidades, buscam os meios para combater a pobreza e desejam o fim da corrida armamentista".

As reuniões preparatórias foram realizadas em blocos, levando em conta que os problemas da juventude diferem em cada país. Na Costa Rica foram discutidos os da América Latina; na Etiópia, os da África; na Tailândia, os da região do Pacífico e África; na Romênia, os da Europa e no Iraque, os da Ásia Ocidental.

Assim, cada país fará o seu Ano da Juventude inspirando-se nas metas sugeridas pelos grupos de estudo da ONU, mas dando maior ênfase aos pontos mais vulneráveis e específicos de sua região. Rever e discutir as políticas nacionais relacionadas com a juventude; realizar atividades que façam frente às necessidades e aspirações dos jovens; coletar fundos; divulgar o programa e criar comissões para a educação do povo sobre o papel dos governos são alguns pontos em comum que deverão ser adotados em todos os países membros da ONU.

No Brasil, a Comissão Nacional para o Ano Internacional da Juventude foi criada no dia 13 de junho de 1984, por decreto do Presidente Figueiredo. O Ministério da Educação e Cultura será seu órgão coordenador, e sua presidente, a professora Regina Almeida, diretora do Centro de Recursos Humanos João Pinheiro, em Belo Horizonte. As principais propostas e atividades do AU levarão em conta três temas fundamentais: Participação, Desenvolvimento e Paz.

Segundo Mohammad Shariff, Secretário Executivo das comemorações, "participação significa ter direito a ser incluído nas discussões que afetam a vida do jovem e seu futuro na sociedade, o que implica compreensão, igualdade e aceitação". Desenvolvimento deve ser entendido como "inovação e progresso para os indivíduos e as sociedades, sendo que os jovens devem ter o direito de se desenvolver de todas as formas e em todas as direções". E paz, finalmente, é "justiça, segurança e liberdade de existir". Em síntese: "poder abraçar a idéia de que valerá a pena viver no futuro".

A ONU define o jovem como qualquer pessoa entre os 15 e 24 anos. Atualmente, um em cada cinco habitantes do mundo está nessa faixa.

● No Brasil, 1985 é também o Ano Nacional da Cultura, por decreto de novembro de 84 do Presidente Figueiredo. A iniciativa — apoiada pela Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz — partiu dos Secretários de Educação dos Estados e as primeiras reuniões que vão delinear o espírito das atividades já foram marcadas.

*Recomeça Treinamento Gerencial***Programa vai debater Sistema Empresarial**

Começa no dia 4 de março a segunda fase do Programa de Treinamento Gerencial para os ocupantes de cargos a partir de Gerentes de Divisões e Departamentos da CVRD. O curso, administrado em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, tem 11 módulos e reabre com o de "Sistema Empresarial Brasileiro". A duração do programa será de aproximadamente dois anos, com 30 horas de aulas para cada módulo.

A primeira fase do programa começou em outubro do ano passado e se encerrou em dezembro, com o módulo "Teoria Geral de Administração Contemporânea", com resultados "plenamente satisfatórios", de acordo com Sydney Tude de Souza, Assistente do Gerente do Departamento de Recursos Humanos.

Tão satisfatórios que ele será repetido em maio, a pedido de empresas coligadas e controladas. Estas novas turmas terão também a participação de empregados da CVRD que não tiveram oportunidade de cursá-lo. Para Tito Lívio R. Neto, Assistente de Controle Administrativo, isso vai facilitar a integração entre os funcionários da Vale e os de suas coligadas e controladas.

Os cinco módulos incluídos no programa para 1985 foram fixados pela Fundação Getúlio Vargas e pela Divisão de Plane-



jamento da CVRD. São eles: "Sistema Empresarial Brasileiro", que abordará, entre outros itens, os sistemas financeiro, de exportação, a dinâmica dos conglomerados e o mercado acionário; "Modelos de Gerência"; "Dimensão Comportamental das Organizações e Gestão de Recursos Humanos"; "Decisão e Informação Gerencial"; "Modelagem Organizacional" e "Seminário sobre Problemas de A.R.H."

O Programa de Treinamento Gerencial, ou PTG, terá oito turmas com aproximadamente 30 alunos para cada uma e será administrado em hotéis no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Seu objetivo é promover o desenvolvimento interpessoal dos executivos da CVRD quaisquer que sejam suas áreas de trabalho e aumentar a eficácia da empresa. A coordenação é de responsabilidade do Setor de Administração e Treinamento da Vale.

O que é que estas coisas têm a ver umas com as outras?

Estas coisas têm muito a ver umas com as outras, e com você também.

As danças, as cidades e monumentos históricos, as bandas de música são, entre outras, formas de nossa riqueza cultural. Uma riqueza que pertence a cada um e a todos ao mesmo tempo. E, por isso, merece toda a sua atenção.

Uma foto de seu álbum de família, por exemplo, pode ser uma grande revelação. Também

certidões, testamentos, tudo que documenta um pedaço da nossa história faz parte do patrimônio cultural, e deve ser preservado. Se você possui coisas assim, entre em contato com o Programa

Nacional de Museus, Rua do Catete, 179, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22200.

Você ainda pode fazer muito mais. Não permitir que se destruam monumentos históricos. Incentivar com sua presença nossas danças e bandas de música.

O patrimônio cultural é propriedade de todos, e deve ser preservado por todos os meios. A partir dele, o povo forma sua identidade e lança as bases para o futuro.

**PRESERVE O QUE É SEU.
PRESERVE A MEMÓRIA NACIONAL.
1985 - Ano Nacional da Cultura.**

CARTAS

● Terminada a nossa visita aos vários projetos de Grande Carajás, gostaria de agradecer, em meu nome e em nome de todos os participantes, pela extraordinária hospitalidade, constante assistência e solícito acompanhamento durante a nossa estada em Belém.

A visita às instalações de Alunorte e Albrás representaram para nós um grande acontecimento. Foi para nós motivo de especial satisfação verificar como, apesar das dimensões gigantescas dos diversos empreendimentos, vem sendo dada especial atenção à proteção do meio ambiente.

Dr. Juergen Moellering

Gerente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, no Rio de Janeiro.

● Agradecemos o recebimento do jornal mensal da Vale, que se constitui no maior veículo de informação sobre os fatos e atos acontecidos nos vários segmentos da CVRD, não só para seus empregados como também para os aposentados.

Permitimo-nos sugerir que nas perguntas e respostas transcritas no espaço reservado à Valia deveria constar o nome do arguidor, identificado como empregado ou aposentado, bem como o setor responsável pela resposta(...)

Eduardo Berardinelli

Aposentado mat. V20979A

O setor responsável pelas respostas é, como consta no pé da coluna, a Secretária-Geral da Valia.

● Ao pessoal do JORNAL DA VALE, que com crescente e contagiante entusiasmo comunica tão bem de uns tempos para cá, agradecemos a chegada do excelente último número de 1984 (...)

João Mata Machado Neto
Pantafilmes — B. Horizonte

Correspondência para
Françoise Vernot

Começam este mês os testes com biomassa

Está previsto para a última semana de fevereiro o início dos testes sem carga da primeira de duas câmaras de combustão por leito fluidizado (biomassa) da Mineração Rio do Norte, em Porto Trombetas. A entrada em operação, com carga, está marcada para a primeira semana de março. Com isso, começará a substituição do óleo BPF por madeira no processo de secagem da bauxita.

A informação é do Superintendente de Produção, Flávio Soares Pereira, que informa, também, que a extração de madeira da área a ser inundada para a construção da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no Rio Trombetas, já começou. O transporte está dependendo apenas da liberação, pelo IBDF, da licença para a operação portuária da Construtora Andrade Gutierrez, responsável pela obra.

Futuro da Antártida será discutido no Rio em fevereiro

A esperança para o século XXI

No dia 26 de fevereiro, começa no Rio uma reunião dos membros do Tratado da Antártida para discutir a exploração dos recursos minerais antárticos. Esta será a terceira reunião — a primeira foi em Washington, a segunda em Tóquio, ambas em 1984 — e a intenção é avançar nos entendimentos para essa questão transcendental para a humanidade: o futuro das atividades econômicas, no setor mineral, no Continente do Futuro.

O Brasil é hoje um dos 16 membros consultivos do Tratado da Antártida e, desde outubro, membro do SCAR — Comitê Científico de Pesquisas Antárticas. Desde 15 de novembro e até o dia 21 de abril, o país está empenhado na Operação Antártida III, ao final da qual estará em condições de manter um núcleo permanente de técnicos e cientistas na Estação Comandante Ferraz, na ilha Rei George, arquipélago das Shetland do Sul.

Atrações perigosas — Todos os países que realizam pesquisas minerais na Antártida — Japão, União Soviética, Austrália, Polônia, Estados Unidos, Noruega, Inglaterra — estão à procura de hidrocarbonetos. Em 73, o Serviço Geológico dos Estados Unidos estimou em 45 bilhões de barris as reservas de petróleo nos mares de Bellingshausen, Weddel e Ross, todos os três na região da Península Antártica, a mais próxima da América do Sul, onde o Brasil mantém uma base.

Os cientistas afirmam que o subsolo da Antártida tem formação semelhante à do sul da América do Sul, África, Índia, Austrália e Ocea-



Brasil terá em abril núcleo permanente de técnicos na Antártida

nia. Existiriam, portanto, reservas intocadas de mais de 150 minerais, protegidas por um ambiente hostil e uma camada eterna de gelo com quatro quilômetros de espessura, em média.

A exploração de minerais na Antártida ainda é anti-econômica, mas desde o primeiro choque do petróleo — quando o produto se tornou um forte instrumento de pressão política da OPEP —, aumentou o alcance estratégico de reservas ainda sem dono da Antártida, um continente de 14 milhões de quilômetros quadrados.

Sete países têm pretensões territoriais no Continente: Chile, Argentina, Inglaterra, Noruega, França, Nova Zelândia e Austrália. A Malásia quis levar este problema para a ONU, pedindo que os direitos do mar fossem aplicados no Continente, mas essa reivindicação foi barrada pelos membros do Tratado da Antártida, assinado em 61, considerado o único foro deliberativo para a região. Essa convenção

garante a desmilitarização da Antártida, proíbe testes nucleares, a formação de depósitos de lixo atômico e exige a proteção do meio ambiente.

Na verdade, além da diplomacia necessária para se chegar a um consenso, a discussão sobre uma regulamentação da exploração de recursos minerais na Antártida envolve graves questões de proteção ambiental. O paralelo 60, limite da Convergência Antártica, é a fronteira do ecossistema antártico, onde inúmeros fenômenos têm começo e fim, com seqüências em todo o Hemisfério Sul, como no caso do clima, exigência da água dos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico e ocorrência de peixes. Por isso, a Antártida é um santuário natural, onde qualquer desastre ecológico, como uma explosão numa plataforma de petróleo, teria consequências incalculáveis. Além de que a dispersão do óleo é muito lenta, as bactérias que poderiam biodegradar esse petróleo têm ação retardada por causa do frio.

Brasil presente no Continente Gelado

O Brasil está promovendo 23 projetos de pesquisa na Antártida e destinou em 1984 Cr\$ 4,6 bilhões para garantir infra-estrutura ao trabalho de 100 pesquisadores nas bases brasileira, polonesa e chilena. Tem também dois refúgios nas ilhas Nelson e Elefante, a cerca de 120 milhas da Estação Comandante Ferraz.

Em 1982, com a criação da Conantar — Comissão Nacional para Assuntos Antárticos, coordenada pelo Itamaraty — e a atribuição à CIRN — Comissão Interministerial para os Recursos do Mar — da elaboração e implementação do Programa Antártico, o Brasil organizou sua primeira expedição ao Continente, e, no ano seguinte, a montagem da estação, que agora será permanente.

Na atual Operação Antártida III, há quatro projetos de pesquisa diretamente relacionados aos recursos minerais: 1) "Evolução Geológica da Península Fildes", a cargo da Unisinos (RS), Universidade de São Paulo e UFRJ; 2) "Estudo da deformação e metamorfismo da ilha Elefante e adjacências", também por essas três universidades; 3) "Gravimetria e Glaciologia na Antártica", pela Universidade do Paraná, que estabelecerá infra-estrutura para várias áreas de pesquisa; e 4) "Análise de Amostras e Testemunhos da Plataforma Continental da Antártica", a cargo do Ceco e UFRS, em colaboração com um instituto norte-americano.

Ao se integrar à comunidade internacional que hoje atua na Antár-

tida, através da pesquisa científica sistemática, o Brasil está garantindo o seu lugar à mesa de negociações que estabelecerá o futuro do Continente, em 1991, quando termina a vigência do Tratado da Antártida, ao qual o país aderiu em 1975.



Solange Bastos trabalha na TV Manchete e foi a primeira repórter mulher a participar de toda uma etapa da operação antártica brasileira, tendo permanecido 40 dias a bordo do navio polar Barão de Teffé.

Geamam elabora plano

US\$ 3 milhões para salvar o meio ambiente

O Grupo de Defesa do Meio Ambiente (Geamam) elaborou um programa ecológico a ser colocado em prática nos próximos três anos nas regiões em que a Vale do Rio Doce atua. Uma das preocupações do projeto é garantir a ocupação racional do meio ambiente na área do Grande Carajás.

Um documento, feito com base numa reunião entre o pessoal das Cimas (Comissão Interna do Meio Ambiente) e do Geamam, ficou pronto em novembro e já foi encaminhado à Presidência da Vale. Para ser aprovado, agora só falta uma reunião entre a Supan, a Presidência da Companhia e o Diretor Vice-Presidente, Luiz do Amaral França Pereira.



O Geamam está pedindo US\$ 3 milhões e 20 mil para aplicar na defesa do meio ambiente de todas as áreas de atuação da Vale. O projeto prevê, por exemplo, um plano diretor para Itabira que vai procurar diminuir a poluição do ar e da água, a erosão do solo e proteger os mananciais hídricos.

Em Rio Verde e Paraúpebas, área de influência de Carajás, o projeto do Geamam é investir US\$ 320 mil para dotar a cidade de centros comunitários e profissionais. Em Rio Verde, será criado um núcleo polivalente, com cursos de formação e qualificação profissional de pessoal em mecânica, eletricidade e agricultura. Em Paraúpebas, está prevista a instalação de um posto de Correios, loja de autopeças, oficina de lanternagem, revisão e lubrificação de automóveis, campo de futebol, circo, feirinha.

A poluição em Vitória também é objeto de preocupação da Vale. O Geamam vai fazer um estudo para avaliar o impacto da industrialização da cidade sobre o meio ambiente e determinar a participação de cada empresa na poluição da região. Neste trabalho, serão gastos US\$ 200 mil.

Para que todo este esforço não se perca, o Geamam pretende editar boletins técnicos, dar apoio a Congressos para criar um inter-relacionamento dos técnicos da Vale com funcionários das outras empresas.

Esta é a primeira vez que o Geamam faz um projeto próprio. Até agora, o grupo atuava através das Comissões Internas de Meio Ambiente e a mudança de postura foi determinada pelo Presidente da Vale, Eliezer Batista, que pediu uma ação mais agressiva e eficiente ao órgão.

Carajás

A luta contra a doença está sendo vencida

O convênio assinado entre a Vale e a Fundação Sesp para pesquisar doenças tropicais na área do Projeto Carajás já começa a dar resultados. Depois de 30 meses de trabalho, o diretor do Instituto Evandro Chagas, médico Alexandre Costa Linhares, afirma que agora já é possível formular uma política de controle e profilaxia das doenças.

"Já podemos dizer quais são as doenças que ocorrem na área do Projeto Carajás: são a leishmaniose, arbovirose, leptospirose, doença de Chagas e infecções enterobacterianas. O importante é saber que a doença existe, que risco representa para que as pessoas possam ter o tratamento adequado.

Desde abril de 82, 40 pesquisadores estão trabalhando para identificar os vírus na região. Já foram isolados cerca de 120 arbovírus — transmitidos por mosquitos e carrapatos. Atualmente, o Instituto Evandro Chagas está fazendo dois estudos em Marabá, onde em 15% das crianças com diarreia foram encontrados microrganismos patogênicos.

A descoberta mais importante feita até agora — diz Alexandre Linhares — foi a leishmaniose transmitida pelo mosquito flebotomíneo, na jazida Azul, entre dezembro e março. A doença tem cura se tratada logo, caso contrário, vai destruindo o tecido e provocando lesões muito grandes.

O médico recomenda que as pessoas evitem incursões na mata fechada durante este período e que usem repelentes e capas para se proteger. Alexandre Linhares conta que também encontrou em Carajás casos de leptospirose, uma doença que causa hemorragias.

Um dos responsáveis pelo convênio firmado com a Sesp, o gerente de Planejamento, Administração e Implantação de Núcleos da Vale, José Valdeir Teixeira, destacou que só entre maio de 1984 e abril de 1985, a Companhia repassou Cr\$ 74 milhões para as pesquisas de doenças tropicais.

"Acho que, do ponto de vista prático, o convênio deu segurança aos habitantes da Serra de Carajás de que não existe perigo de epidemias ocorrerem na região", disse.

Órgão da Fundação Sesp e Centro Controlador da Organização Internacional da Saúde, o Instituto Evandro Chagas trabalha há 48 anos na região. É especializado na pesquisa de vírus e atua na área de bacteriologia, epidemiologia e parasitologia.



O trabalho nos laboratórios

Numa reserva, elas são protegidas por seis heróis

Assim são salvas as tartarugas

Um paraíso ecológico onde vivem, hoje, cerca de 20 mil tartarugas adultas. Isto é a Reserva Biológica de Trombetas, a 40 quilômetros do Porto Trombetas, mantida pelo Instituto Brasileiro de Defesa Florestal, com a colaboração da Mineração Rio do Norte, e atualmente o local de maior concentração de tartarugas da Amazônia. É neste cenário que se repete, quase todos os anos, o fantástico espetáculo da eclosão: milhares e milhares de tartaruguinhas surgem da areia, como que por milagre.

E é um milagre, que começa a se desenrolar em agosto, quando as tartarugas se concentram nas praias da região, esperando a época da desova. Em meados de outubro, elas começam a "estudar" a área, para sentir a densidade e o nível de umidade da areia, uma vez que a desova só ocorre em condições ideais. Esta fase dura quatro ou cinco dias, depois dos quais se inicia a desova, que se prolonga por 15 dias ou até um mês.

Somente nesta época é possível se aproximar das tartarugas e até tocá-las. Extremamente ariscas, o simples *clic* de uma máquina fotográfica a 50 metros de distância é suficiente para espantá-las.

Cada tartaruga põe, em média, 90 ovos, em covas de até um metro de profundidade, que elas cavam na areia com as patas traseiras. Terminada a desova, elas urinam sobre os ovos — acredita-se que para conservá-los — tapam as covas, alisam a areia e voltam para a água, onde os machos aguardam para fecundá-las novamente.

Então, é esperar. Uma espera que dura de 45 a 50 dias, quando começa a eclosão. Durante um mês, as tartaruguinhas saíram das covas, sendo imediatamente capturadas por funcionários do IBDF

que acompanham, dia e noite, este processo. Elas são levadas para tanques onde permanecerão por 15 dias, no mínimo, até que seus cascos tenham endurecido. Assim, elas ficam livres de seus muitos inimigos naturais: os moradores da região — descendentes de escravos conhecidos como *pretos do Beiradão* — e peixes como a piranha, o pirarucu e o tucunaré, que não resistem à tentação de devorar uma pequena tartaruga de casco mole.

Em seguida, os filhotes são lançados nos lagos e rios da região, que assim vão sendo gradativamente repovoados por esta espécie que já esteve até ameaçada de extinção. Em 82, cerca de um milhão de filhotes foram distribuídos na área e este ano espera-se que pelo menos 500 mil sejam capturados e protegidos. Mas deste total, calcula-se que apenas 10 por cento atinjam a idade adulta. Os outros serão vítimas dos predadores.

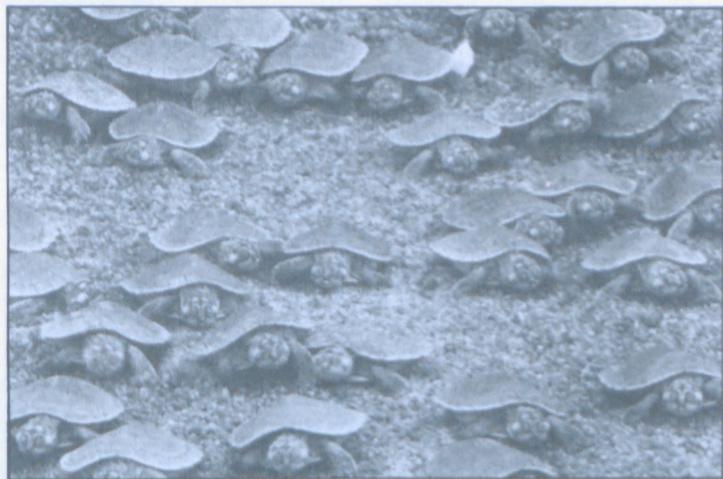
Embora fossem necessários 90 homens para manter a Reserva, este trabalho está sendo realizado



Em agosto, a dança da desova

por seis pessoas, que não dispõem de equipamentos ou verbas, contando tão-somente com boa vontade, amor pela causa e a providencial colaboração da Mineração Rio do Norte.

Dos enviados especiais
Sérgio Macedo e
Américo Vermelho



Aos milhares, as pequenas tartarugas cobrem as areias da praia

Mosqueiro, onde o Pará descansa

Situada a 64 quilômetros de Belém e separada do continente pelo Furo das Marinhas, a ilha de Mosqueiro é o mais importante refúgio do belenense, integrante do roteiro turístico da capital. Balneário muito freqüentado nos fins de semana, Mosqueiro tem cerca de 20 mil habitantes, mas nas férias de julho, quando o movimento na ilha é intenso, chega a abrigar até 300 mil turistas. Nessa época, o aluguel de uma choupana pode chegar até a Cr\$ 1 milhão por mês.

"É em julho que a gente garante dinheiro para praticamente o resto do ano" — diz Gildo Oliveira de Souza, proprietário de um trailer de lanches. "Depois — continua — cai num ritmo normal, até o carnaval, quando se pode ganhar dinheiro novamente".

A principal atração turística de Mosqueiro são as belíssimas praias que se sucedem nos contornos da ampla margem do Rio Pará, quase defronte à Baía do Guajará e à Baía de Marajó, povoadas de casarões antigos de madeira, construídos

durante a fase áurea da borracha, no início do século.

Das praias — Farol, Chapéu Virado, Ariramba, Murubira, Prainha, Marahu, Paraíso, São Francisco, Carananduba e Baía do Sol, —, as mais freqüentadas são as de Murubira e Chapéu Virado, que se emendam com a do Farol. São todas elas praias de areias claras e finas, geralmente intercaladas de formações rochosas. São pedras negras carcomidas pelas marés, que avançam para o leito do rio, limitando as pequenas enseadas que desenharam a paisagem característica do perfil litorâneo da ilha.

Segundo o historiador Augusto Meira Filho, em seu livro *A Ilha do Mosqueiro*, em 1885, o lugar possuía apenas 40 casas, uma praça e duas ruas, além de uma pequena igreja e três casas de negócios. O número de habitantes não passava de 500.

Aos poucos, a ilha foi sendo descoberta pelo paraense e no início do século navios ingleses já permitiam o acesso mais fácil entre a ilha

e a capital. Então, o turismo na ilha foi se popularizando e Mosqueiro se modernizando na proporção em que o paraense da capital, principalmente, vinha com seus novos hábitos, sua cultura. E vinha para ficar, construindo casas de veraneio e propiciando o surgimento de hotéis e uma infra-estrutura exigida pelo fluxo, cada vez maior, de freqüentadores.

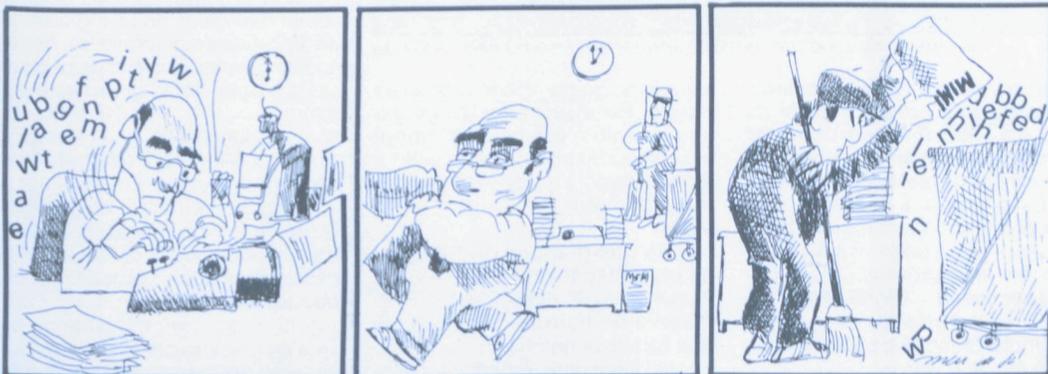


As praias são muitas e lindas

FRITZ



MEM DE SÁ



LABIRINTO

Veja quantas palavras de cinco letras você é capaz de formar unindo as letras sem pular linhas nem casas. Não valem nomes próprios plural nem gíria. Eu formei 39 sem usar dicionário.

LOGOMANIA

INSTRUÇÕES

O objetivo deste jogo é formar o maior número possível de palavras de quatro letras ou mais, usando apenas as letras que aqui aparecem misturadas e que formam uma palavra-chave (a palavra-chave é sempre apresentada na parte das respostas, em letras maiúsculas, juntamente com as palavras encontradas). A letra maior deverá aparecer obrigatoriamente em todas as palavras, em qualquer posição. Uma letra não poderá aparecer em cada palavra maior número de vezes do que na palavra-chave. O autor não usa dicionário e só apresenta palavras de uso corrente, por isso o leitor muitas vezes encontrará mais do que as publicadas nas respostas. Não valem verbos, nomes próprios, plurais nem gíria.

**CIA
H A M
RAL**

Encontradas 37 palavras: 14 de 4 letras; 13 de 5; 6 de 6; 2 de 7; 1 de 8; e 1 de 9.

SETE ERROS



VALIA informe

Contribuição complementar

Tenho 28 anos. Sou funcionária da Docegeo. Quando essa empresa aderiu à Valia, em 1981, não me filiei. Posso fazê-lo agora? Devo pagar alguma multa?

A leitora poderá filiar-se à Valia a qualquer momento. No seu caso, por ser retardatária, pagará além da contribuição mensal, uma *contribuição complementar*, calculada atuarialmente com base na remuneração, tempo de serviço vinculado à previdência social, idade e tempo que falta para a aposentadoria.

A Valia tem algum benefício que atenda ao associado, em caso de falecimento de dependente?

O associado pode valer-se apenas do empréstimo-funeral, cujo valor máximo é igual a 4 salários mínimos, podendo ser pago, no mínimo, em 6 e no máximo, em 24 meses.

Sou viúva e pretendo casar-me novamente. Se o fizer, continuarei recebendo a pensão do INPS?

Não! A cota de pensão se extingue pelo casamento de pensionista do sexo feminino (alínea b, do art. 39 da Lei Orgânica da Previdência Social — Lei n.º 3.807/60).

Qual a diferença, em termos percentuais, entre o reajuste das suplementações pela ORTN e pelo INPC?

Tomando por base o reajuste de novembro/84, a diferença para menos, nas suplementações reajustadas pelo INPC, em vez de ORTN, apresentou a seguinte variação por faixa salarial: 3 salários mínimos — 9,2%; 5 salários mínimos — 8,06%; 10 salários mínimos — 10,18%; 15 salários mínimos — 10,91%

A decisão de reajustar as suplementações pelo INPC decorreu da Resolução n.º 1/84, do Conselho de Previdência Complementar do MPAS, que revogou ato anterior que assegurava um reajuste mínimo com base na variação nominal da ORTN.

Poderá ser objeto de penhora o benefício concedido pela Previdência Social ao segurado e seus dependentes?

Não. O benefício previdenciário concedido ao segurado e seus dependentes não poderá ser objeto de penhora, arresto ou sequestro.

Ficam ressalvadas dessa restrição as importâncias devidas à Previdência Social, bem como os descontos autorizados por lei ou derivados da obrigação de prestar alimentos, reconhecida em sentença judicial.

Acrescente-se, por último, ser nula de pleno direito a venda ou cessão de benefício, ou a constituição de qualquer ônus sobre eles, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para seu recebimento.

Correspondência para esta coluna: Secretaria-Geral da Valia, aos cuidados de Wilson Reeberg. Av. Pres. Wilson, 228 - 12.º — 262-9755.

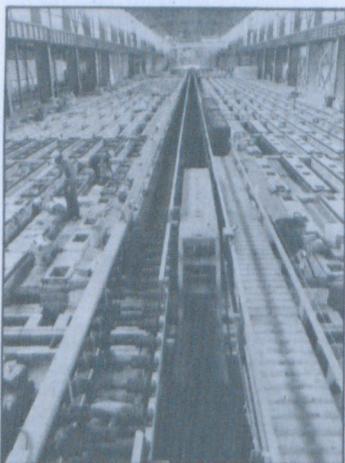
Fim do Consoal traz resultados positivos para o alumínio

Albrás produz 80 mil t em 85

A extinção do Consoal — Consórcio Albrás/Alunorte —, no fim de 84, começa a dar os seus primeiros resultados positivos. Enquanto a Alunorte só deverá entrar em operação em 1989, a Albrás começa a produzir alumínio já este ano, com uma previsão de 80 mil t/ano.

Formado em 1982 pela Valenorte, controlada integral da CVRD e a NAAC — Nippon Amazon Aluminium Corporation Limited, consórcio japonês — para acelerar os trabalhos de implantação do complexo de produção de alumínio no município de Barcarena, Pará, e industrializar a bauxita extraída pela Vale na região de Trombetas, o Consoal foi desfeito devido à queda do preço da alumina no mercado internacional: ficou mais barato importar do que produzir. Assim, a Albrás e a Alunorte voltam a ganhar estruturas administrativas próprias.

Segundo Luiz Pereira Diogo, Diretor de Administração da Alu-



O forno de anodo verde da Albrás



As obras da Alunorte, em Barcarena, agora em ritmo reduzido

norte, a Vale e a NAAC decidiram desacelerar o projeto a partir de 1983 até 1985, mas sem deixar de investir, já que foram liberados US\$ 100 milhões para ele naquele período. Em princípio, a Alunorte só deverá entrar em operação em 1989, mas esse prazo pode vir a ser reduzido: em maio próximo, os acionistas da empresa — CVRD e NAAC — se reúnem para decidir se aceleram sua implantação, já a partir de janeiro do ano que vem.

Luiz Pereira Diogo explica que o Consoal foi extinto para permitir maior flexibilidade às duas empresas. Ele lembra que inicialmente a Albrás produzirá 80 mil toneladas anuais de alumínio, operando apenas com um módulo, mas até 1989, a plena carga, atingirá a produção de 320 mil t/ano.

Na Albrás, a Vale detém 51 por cento do capital social e a NAAC, 49 por cento. Na Alunorte, 60 por cento das ações são da Vale e 40 por cento da NAAC. "A existência de duas empresas empenhadas num complexo industrial de finalidade única — produção de alumínio —", comenta Diogo, "decorre da peculi-

aridade do grupo japonês ligado ao projeto. Por exemplo: a tecnologia do alumínio é fornecida à Albrás pela Mitsui Aluminium, enquanto a tecnologia para a fabricação da alumina provém da Nippon Light Metal".

Uma das grandes dificuldades na implantação do Projeto Albrás/Alunorte, em 78, era a localização da reserva de bauxita, numa região que não dispunha de energia elétrica suficiente para alimentar a indústria de alumínio. O Pará era um estado servido basicamente por energia termoeletrica mas com a construção da usina de Tucuruí, no Rio Tocantins, integrada ao sistema da Eletronorte, esse problema deixou de existir.

Luiz Diogo comenta que um apartamento de luxo na Avenida Vieira Souto, no Rio de Janeiro, gasta cerca de mil kilowatts/hora por mês, enquanto que para produzir uma tonelada de alumínio são necessários 15 mil kilowatts/hora. Com a energia consumida no apartamento, menos de 100 quilos de alumínio seriam fabricados. Por essa razão ele é chamado de "energia empacotada".

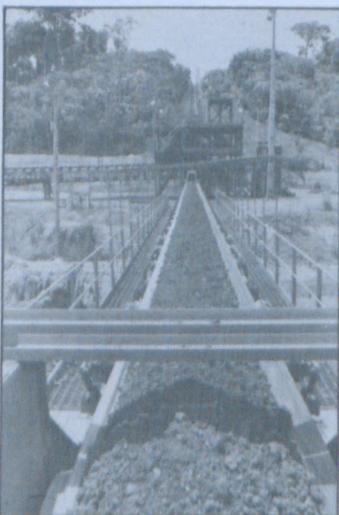
Até 1990, Brasil duplica produção de alumínio

O Brasil está se preparando para, até o final desta década, ingressar no clube formado pelos maiores produtores mundiais de alumínio, ao lado dos Estados Unidos, da União Soviética, do Canadá, do Mercado Comum Europeu e da Austrália. Para isso, sua produção anual terá que crescer das atuais 500 mil toneladas para 1,2 milhão de toneladas. Deste total, só a Vale do Rio Doce produzirá meio milhão de toneladas, através da Albrás e da Valesul.

Desde a crise do petróleo em 1973 — que inviabilizou economicamente a produção de alumínio pelos países que utilizam óleos combustíveis em seu processamento, como o Japão —, o Brasil, que já possui a terceira maior reserva mundial de bauxita, associada a um potencial hidrelétrico de 80 milhões de kW na Amazônia, região das principais jazidas, conquistou uma posição de destaque entre os grandes produtores potenciais.

Atualmente, o mundo consome 15 milhões de toneladas de alumínio por ano. A principal dificuldade para expandir esta produção é o volume de investimentos neces-

sários, o que está forçando, mesmo nos países desenvolvidos, a entrada cada vez maior de empresas estatais no setor. Hoje elas já controlam 35 por cento do mercado, enquanto as chamadas "Seis Irmãs" — as multinacionais Alcan, Alcoa, Kaiser, Reynolds, Puk e Alusuisse



A correia leva a bauxita britada

— respondem por 49,5 por cento da produção mundial.

Mas se os investimentos para sua produção são altos, a recuperação da economia mundial e a consequente valorização do alumínio e o fato de sua exportação gerar doze vezes mais divisas do que a do minério bruto, considerando as mesmas quantidades, o retorno é compensador. Por isso, dois projetos estão em vias de ativação na Amazônia, aproveitando a energia gerada por Tucuruí: o da Albrás, majoritariamente da Valenorte, controlada da CVRD e do consórcio japonês NAAC, e o da Alumar, em São Luís do Maranhão, uma associação da Alcoa com a Shell. Existe ainda um projeto para a implantação de uma fábrica de alumínio em Recife, a Alune, formada por capital alemão (Vaw e Kaiser) e nacional, que produzirá 200 mil t/ano.

Em termos potenciais, o maior concorrente do Brasil é a Austrália, que tem a segunda reserva mundial de bauxita e grande capacidade de geração de energia através do carvão mineral e que pretende aumentar de 700 para 1,3 milhão de t/ano a sua produção de alumínio.

US\$ 1 milhão para Caeté

Verbas aceleram projetos do ouro

O projeto de exploração das antigas minas de ouro de Cutão, Manoel Fernandes e Tinguá, no município de Caeté, próximo a Belo Horizonte, terá este ano uma verba de US\$ 1 milhão. Segundo Walter Hildebrand, Superintendente do Departamento de Geologia da Docegeo, isso vai permitir a aceleração das pesquisas já em andamento e o início dos estudos de pré-viabilidade das três minas no final de 1985 ou meados de 1986.

"Podemos também intensificar os testes preliminares de concentração e recuperação do ouro, a serem realizados no Deteg a partir de amostras de grande porte retiradas de galerias, e iniciar as pesquisas já programadas ainda neste primeiro trimestre," diz Hildebrand, acrescentando que está prevista a execução de mais 4 mil metros de sondagem rotativa a diamante e a abertura de 300 metros de galerias. O projeto envolve atualmente quatro geólogos, técnicos em mineração e trabalhadores braçais não especializados.

A Docegeo vem trabalhando na área de Caeté desde o início da década de 70. Recentemente, quando a CVRD passou a dar prioridade à extração do ouro, dentro de sua política de diversificação da produção mineral, foram retomadas as pesquisas a partir das antigas minas ali existentes. Já haviam sido realizados estudos para metais básicos que não alcançaram sucesso, mas comprovaram o bom potencial da região para o ouro, tanto do ponto de vista geológico, como histórico.

"No passado", lembra Hildebrand, "Caeté foi um grande produtor de ouro. O trabalho feito agora e intensificado nos últimos dois anos se baseia numa criteriosa avaliação da literatura técnica e histórica, e a realização de levantamentos geológicos. Já encerramos um trabalho preliminar de sondagem de 2.700 metros e assim que forem concluídas as análises, esperamos ter condições de desenvolver os primeiros estudos de avaliação do potencial dessas minas, o que deverá ocorrer nos próximos meses."

ARACI

Os dados do projeto de extração de ouro de teor mais baixo nas reservas de Araci, na Bahia, pelo processo de lixiviação se confirmaram e, embora a produção através desse tipo de operação não seja uniforme, os resultados obtidos até agora mostram que será possível cumprir a meta da CVRD: 500 kg por ano.

A afirmação é do gerente do Departamento de Apoio e Controle de Projetos da Supes, José Adolpho Vivacqua. Explicando que o mais importante em termos de reservas nessa região é o minério primário, Vivacqua acrescenta que continuam em desenvolvimento os estudos geológicos visando à implantação de outra usina de tratamento. Até o final do ano, a Supes deverá ter informações técnicas que permitam definir seu tamanho e forma de mineração.